

PLANO DECENAL MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA 2025-2035



João Pessoa - Paraíba - Brasil

Cícero Lucena Filho

Prefeito Municipal de João Pessoa

Leo Bezerra

Vice-Prefeito

Cristiane Felipe Cabral Pereira

CMDCA

Maria América Assis de Castro

Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC)

Diego Fernandes Tavares de Albuquerque

Secretária de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC)

Luis Ferreira Filho

Secretária Municipal de Saúde (SMS)

Marcus Alves

Fundação Cultural de João Pessoa - FUNJOPE

COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Resolução 575 de 5 de maio de 2025

Representante da Secretaria de Educação e Cultura e CMDCA

Alcilene da Costa Andrade

Representante do Departamento de Educação Infantil (DEI)

Sonaly Machado de Lima

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Ana Izabel H. Honório Melo

Jane Morais P. de Freitas

Representante da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

Angela Maria A.F. Santos - Criança Feliz

Lorena de Menezes R. Rodrigues

Suzana Almeida de Araújo - Criança Feliz

Zuleide Pereira Barbosa

Representante da Fundação Cultural de João Pessoa

Maria Eliane da Silva

Representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania

Vânia Gomes di Lorenzo

Representante do Conselho Tutelar Praia

Sandra Pereira de Lima

Representante da Rede Margarida Pró Criança

Mariana Peres Stucchi

Representante da Organização Mulheres do Bem

Taciana Farias de Nóbrega

Assessoria Técnica

Cristina Chaves Oliveira

Consultoria e Revisão do PMPI

Roberta Chaves Souza



Cuidar da infância e garantir que toda criança possa se desenvolver com dignidade e ser feliz.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CadSUS - Cadastro Nacional do SUS

CMDCA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREI – Centro de Referência de Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EF - Ensino Fundamental

EI - Anos Iniciais

ESF - Equipes de Saúde da Família

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FUNJOP - Fundação Cultural de João Pessoa

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

OCA - Orçamento Criança e Adolescente

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

PMPI - Plano Municipal da Primeira Infância

PSE - Programa Saúde na Escola

SEDEC - Secretaria de Educação e Cultura

SEDHUC - Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania

SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente

SEMUSB - Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 NORMATIVAS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DE REFERÊNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

QUADRO 2 TOTAL DE NASCIDOS VIVOS POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DA MÃE

QUADRO 3 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSAS EVITÁVEIS

QUADRO 4 META E Nº DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM JOÃO PESSOA

QUADRO 5 NOTIFICAÇÕES POR TIPO DE VIOLÊNCIA E FAIXA ETÁRIA - ANO BASE 2023

QUADRO 6 Nº DE DENÚNCIAS POR BAIRRO DE JOÃO PESSOA E FAIXA ETÁRIA - 2025

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI E DE PALMA DAS
CAPITAIS DO NORDESTE (2023)

TABELA 2 POPULAÇÃO POR RAÇA/COR EM JOÃO PESSOA

TABELA 3 POPULAÇÃO DE JOÃO PESSOA DE 0 A 6 ANOS POR RAÇA/COR

TABELA 4 TOTAL DE NASCIDOS VIVOS POR FILTRO DE MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
DA MÃE.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	MAPA DE JOÃO PESSOA E SEUS BAIRROS
IMAGEM 2 E 3	CENTRO DE JOÃO PESSOA, RIO/MANGUE, MAPA DO LITORAL
IMAGEM 4 E 5	GESTANTE EM ATENDIMENTO PRÉ NATAL E VACINAÇÃO INFANTIL
IMAGEM 6	DADOS DA MORTALIDADE MATERNA DE 2020 A 2025
IMAGEM 7	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR RAÇA/COR
IMAGEM 8 E 9	NASCIMENTOS COM BAIXO PESO E MARCADOR DE RAÇA
IMAGEM 10	Nº DE PARTOS DE MÃES ADOLESCENTES POR MARCADOR DE RAÇA/COR
IMAGEM 11 E 12	MATRÍCULAS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS POR RAÇA/COR
IMAGEM 13	ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR ATENDIMENTO

- **AS DEMAIS IMAGENS, SOBRETUDO AS EM QUE APARECEM CRIANÇAS, FORAM ENCONTRADAS NAS PÁGINAS OFICIAIS DA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA, OUTRAS FAZEM PARTE DO ACERVO DE IMAGENS DO MOMENTO DE ESCUTA ÀS CRIANÇAS PARA ELABORAÇÃO DO PRESENTE PLANO**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Plano Municipal da Primeira Infância: Um Marco na Garantia de Direitos

1.2 Metodologia adotada para formulação do Plano Municipal da Primeira Infância

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

2.1 João Pessoa: história, economia e caracterização sociopolítica

3. REALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PRIMEIRA INFÂNCIA

3.1 Indicadores de Saúde

3.2 Indicadores Educacionais

3.2.1 Acesso a Educação Infantil

3.2.2 Educação Inclusiva

3.2.3 Articulação com as Famílias

3.2.4 O Brincar como Eixo Pedagógico

3.3 Indicadores da Assistência Social

3.4 Indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional

3.5 Território: Segurança, Cultura, Esporte e Lazer

4. VOZES INFANTIS: CONSULTA PÚBLICA COM CRIANÇAS

5 AÇÕES FINALÍSTICAS

5.1 Direito à Saúde

5.2 Acesso e Permanência à Educação Infantil

5.3 Direito ao Brincar

5.4 Assistência Social às famílias com crianças na primeira infância

5.5 A Cultura e a Criança

5.6 A Criança, a Cidade e o Meio Ambiente

5.7 Enfrentamento às violências contra Criança

5.8 A Segurança da Criança no Espaço Urbano

5.9 Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação, ao uso de telas digitais e à pressão consumista

6 OBSERVAÇÕES SOBRE AUSÊNCIAS DE AÇÕES FINALÍSTICAS

7 FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

8 MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

REFERÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) é um instrumento político e técnico essencial para o planejamento e a execução de políticas públicas destinadas à garantia dos direitos e ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, ou seja, de 0 a 6 anos ou 72 meses, do município de João Pessoa. O PMPI é fundamentado por princípios constitucionais e pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257 de 2016), orienta ações intersetoriais de promoção da saúde, educação, assistência e bem-estar, fortalecendo a atenção à primeira infância e à proteção integral como prioridade absoluta nas políticas públicas municipais.

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, possui uma população que ultrapassa 880 mil habitantes¹, sendo uma referência em crescimento demográfico de acordo com o senso de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,763, acima da média do Estado. Segundo as estimativas demográficas, deste total, 73.941 são de crianças com até 6 anos de idade, totalizando 8,87% da população do município. Do ponto de vista racial, das 73.941 crianças pessoenses na primeira infância, 49,94% são pardas, 44,34% brancas e 5,30% pretas. Crianças amarelas e indígenas representam percentuais de 0,09% e 0,33%, respectivamente.

Nessa perspectiva, iniciativas como o Programa Criança Feliz, que em 2025 passou por um reordenamento tornando-se um Serviço Permanente de Proteção Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças (SPSBD-GC), atendeu mais de 1.900 famílias com acompanhamento domiciliar, estimulação do desenvolvimento infantil, práticas de cuidado, parentalidade, ênfase nos vínculos afetivos e protetivos. Quanto à oferta de matrículas para a Educação Infantil, o município possui apenas 18.180² crianças, de até 6 anos, matriculadas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e na rede privada de acordo com o último levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024).

A elaboração dos Planos Municipais é fundamental para efetivação das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional da Primeira Infância, uma vez que pressupõe a articulação entre a União, Estados e Municípios, cabendo a estes últimos a adaptação territorial, considerando especificidades sociais, culturais, econômicas e demográficas, possibilitando assim, que diretrizes nacionais se tornem ações concretas e adaptadas à realidade local. Neste sentido, os Planos Municipais fortalecem a descentralização, a intersetorialidade e a corresponsabilidade federativa.

Deste modo, a construção do Plano Municipal da Primeira Infância de João Pessoa incorpora dados e necessidades locais, coloca a primeira infância pessoense no centro do debate para orientar o planejamento de políticas públicas que garantam à primeira infância acesso a direitos, serviços e oportunidade de desenvolvimento pleno. É um documento vivo que demanda ações contínuas e articuladas, considera o Pacto Paraibano pela Primeira Infância, reafirmando o compromisso da rede local e da gestão municipal com a dignidade da criança desde seu nascimento.

¹ FONTE: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html>

² FONTE: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

1.1 Plano Municipal pela Primeira Infância de João Pessoa: Um Marco na Garantia de Direitos

O Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) do município de João Pessoa está instituído por meio da Lei nº 15.393, de 10 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a criação do PMPI e estabelece outras providências. Essa legislação consolida o compromisso do município com a garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos, em consonância com os marcos legais nacionais e com a prioridade absoluta assegurada à primeira infância.

O marco legal para a primeira infância, advém da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos e inseriu em seus pressupostos o princípio da prioridade absoluta e da doutrina da proteção integral ao estabelecer em seu art. 227 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(Redação Emenda Constitucional nº 65, de 2010³)

Esses pressupostos superam a Doutrina da Situação Irregular do Código de Menores de 1979 e inauguram a Doutrina da Proteção Integral ao promulgar a Lei nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vinculado à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, da qual o Brasil é signatário, o ECA consolidou-se como o principal instrumento legal de garantia dos direitos de crianças e adolescentes, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral e a prioridade absoluta na formulação de políticas públicas, em consonância com os parâmetros internacionais dos direitos humanos.

A mudança de paradigma firmou-se no Estado, na sociedade e nas famílias, promovendo a redefinição de responsabilidades e papéis de cada um na garantia dos direitos infantojuvenis. Essa transformação continua gerando impacto direto tanto na infraestrutura quanto na superestrutura do país, refletindo-se na formulação de novas leis, normas e planos voltados à regulamentação das políticas públicas e à definição de parâmetros, diretrizes e metas no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA). Nesse contexto, fortaleceram-se ações de proteção, defesa e controle, com ampliação do investimento público na política da infância e da adolescência e com atuação articulada do Estado, da família e da sociedade.

O arcabouço jurídico é fundamental para assegurar legitimidade, coerência e proteção dos direitos das crianças, no entanto, sua efetividade depende de sua concretização nas práticas, políticas e serviços do território. Mais do que referências formais, esses instrumentos precisam ser compreendidos como diretrizes vivas, que orientam decisões, organizam prioridades e se traduzem em ações contínuas capazes de impactar a vida das crianças e de suas famílias.

Os marcos legais e os planos constituem a base normativa que orienta a construção e a implementação do PMPI, garantindo alinhamento entre as esferas nacional, estadual e municipal, conforme apresentado na Tabela 1.

³ FONTE: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm

QUADRO 1: NORMATIVAS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DE REFERÊNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

LEI/ PLANO	DESCRIÇÃO
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.	Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
LEI Nº 9.534, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.	Assegura a gratuidade do registro civil de nascimento, de óbitos e dos atos necessários ao exercício da cidadania.
LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014 (Lei Menino Bernardo)	Estabelece os direitos de crianças e adolescentes serem educados sem uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante.
LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância).
DECRETO Nº 8.869, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.	Revogado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, institui o Programa Criança Feliz.
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017.	Cria o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.
DECRETO Nº 10.063, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.	Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do acesso à Documentação Básica.
DECRETO Nº 10.770, DE 17 DE AGOSTO DE 2021.	Institui a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 (Lei Henry Borel).	Dispõe de medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.
LEI Nº 14.851, DE 3 DE MAIO DE 2024.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 a 3 anos.
PLANOS ESTADUAIS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA PARAÍBA	
Plano Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes PB. (2023-2032).	Estabelece diretrizes para promoção, proteção e defesa de direitos.
Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2023-2032).	Define estratégias de enfrentamento ao trabalho precoce e de proteção ao adolescente trabalhador da Paraíba.
Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da PB (2023-2032).	Organiza ações de prevenção e atendimento
Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo - SINASE/PB (2023).	Direciona a política socioeducativa e de proteção ao adolescente autor de ato infracional na Paraíba.
Plano de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. (2023-2032).	Visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial Da Paraíba – PLANEPIR (2021).	Institui diretrizes para promoção da igualdade racial.
Plano Estadual De Assistência Social Da Paraíba (2020-2023).	Planejamento da política de assistência social.
Plano Estadual De Assistência Social Da Paraíba (2024-2027).	Atualização das diretrizes da política estadual da assistência social.
Plano Estadual de Saúde - 2024 A 2027.	Planejamento das ações de saúde no estado.
Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba (2020-2023)	Diretrizes para o Direito Humano à segurança alimentar e à alimentação digna e adequada.
Plano Estadual da Primeira Infância PB.	Visa o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos .
Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015-2025)	Planejamento decenal da educação no Estado.
MARCOS LEGAIS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA - PB	
LEI Nº 13.789, DE 8 DE JULHO DE 2019	Institui a Semana Municipal de Prevenção à Violência na Primeira Infância
LEI Nº 14.826, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.	Foca na prevenção, promoção da parentalidade positiva e o direito ao brincar. Ações baseadas na não violência se tornam políticas.
LEI Nº 14.680, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022	Institui o Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes.
PLANO DECENAL MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	Organiza Diretrizes e Metas para proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes do Município de João Pessoa.
LEI Nº 15.380, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.	Institui a Rede de Proteção, Respeito e Cuidado às Mães de Natimorto e com Óbito Fetal no município de João Pessoa.
LEI Nº 15.374, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.	Institui o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) no município de João Pessoa
LEI Nº 15.393, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024.	Institui o Plano Municipal da Primeira Infância no Município de João Pessoa.

Esses instrumentos legais referenciam os órgãos de controle externo (Tribunal de Contas do Estado e da União) como parte do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA). Sua função é garantir a eficácia na implementação das políticas públicas, assegurar direitos e a correta aplicação dos recursos. Tais referenciais impulsionaram, por meio de pactuação, a inclusão da pauta da primeira infância na agenda pública, estabelecendo diretrizes e compromissos para a formulação dos planos municipais e estaduais. Essa iniciativa estratégica é um investimento no desenvolvimento integral dessa fase.

O PMPI não é apenas uma formalidade legal, mas sim um instrumento político-técnico decenal⁴ que consagra a prioridade absoluta das políticas públicas municipais, estabelece a base de governança para assegurar o desenvolvimento infantil no município, por meio de um conjunto coeso de diretrizes, metas e ações. O PMPI articula as diversas políticas setoriais (saúde, educação, assistência social, cultura, segurança, esporte, lazer.), que possibilita apresentar para a população e para profissionais das diversas políticas a importância da primeira infância para que atuem de forma intersetorial e coordenada, contando com a participação da sociedade civil.

1.2 Metodologia adotada para a formulação do Plano Municipal da Primeira Infância

Com base nos referenciais, o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) de João Pessoa foi elaborado a partir de uma metodologia intersetorial, participativa, traduzindo as diretrizes nacionais em ações ajustadas às especificidades do território pessoense. Esse processo iniciou-se em novembro de 2025, em março de 2025 a Comissão Municipal pela Primeira Infância foi instituída. Esta Comissão foi responsável por conduzir os trabalhos, articular as políticas públicas e provocar a participação dos órgãos governamentais, dos conselhos de direitos e da sociedade civil, assegurando a corresponsabilidade e o caráter coletivo do plano, realizando ao longo do processo 13 encontros.

Nesse processo, foram conduzidas leituras dos documentos e do marco legal que rege os direitos da infância. O referencial utilizado pautou-se nas ações finalísticas do Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI) e do Plano Estadual da Primeira Infância, promovendo a harmonização das responsabilidades inerentes à política de atendimento municipal e o cumprimento do Pacto Paraibano pela Primeira Infância. O processo também incluiu a análise do Guia para Elaboração do PMPI e de planos de outros Municípios como inspiração, além da adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para fortalecer o planejamento e a gestão de políticas públicas para a primeira infância nos municípios, o Tribunal de Contas do Estado realizou em 2025, três eventos fundamentais na formulação de políticas públicas voltadas à primeira infância: Treinamento Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA); Primeira Infância no contexto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Elaboração ou Aprimoramento de Planos Municipais para a Primeira Infância. Esses eventos foram relevantes na reafirmação do compromisso do município na formulação das diretrizes, objetivos e metas do PMPI.

No processo de elaboração, o PMPI, contou com os órgãos públicos e com a sociedade civil, atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e com contribuições das seguintes representações da gestão municipal: Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC); Secretaria de Saúde (SMS); Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE); Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB), setores da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC), pontualmente do Conselho

⁴ O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), não impõe prazo específico para vigência dos Planos, mas reforça a necessidade de planejamento de médio e longo prazo, com metas, estratégias e monitoramento. O Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomendam que os PMPIs sejam decenais, para garantir: continuidade das políticas públicas, superação da lógica de governo (mandato) para política de Estado e para articulação com outros planos decenais.

Tutelar (CT), da Rede Margarida Pró Criança e Adolescente (REMAR) e a Rede da Primeira Infância.

Esta abordagem intersetorial é reforçada pela sua interrelação com os outros planos municipais, em execução: o Plano Municipal de Assistência Social; Plano Decenal Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes; Plano Municipal de Educação (PME); Plano Municipal de Saúde (PMS). E também encontra-se com alguns Planos em formulação: Plano Municipal de Cultura; Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Plano Municipal de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.

Na elaboração do Plano, foram consideradas as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU) assumida pelo Brasil, com compromissos até 2030 voltados à erradicação da pobreza e da fome, educação de qualidade, proteção do planeta e promoção da paz. Destaca-se, para a primeira infância, a meta de assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, garantindo às crianças desenvolvimento adequado, cuidados e educação pré-escolar. Além de diretrizes e metas voltadas à igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil, enfrentamento das violências, segurança alimentar, saúde materna, qualidade de vida, proteção ambiental e fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento local.

A metodologia do PMPI garantiu a realização de um Diagnóstico Situacional da Primeira Infância no município, que permitiu identificar vulnerabilidades e potencialidades do território pessoense. Paralelamente, foi realizada uma escuta qualificada com crianças, permitindo que se expressassem, e com profissionais da gestão e das organizações sociais que contribuíram para incorporar saberes locais, e assim, definir diretrizes, objetivos, metas e ações alinhadas com a realidade, com responsabilidades atribuídas e integradas aos instrumentos de planejamento e orçamento público. Por fim, os mecanismos de monitoramento e avaliação contínua foram pensados para garantir a viabilidade, a sustentabilidade, a transparência e o controle social.

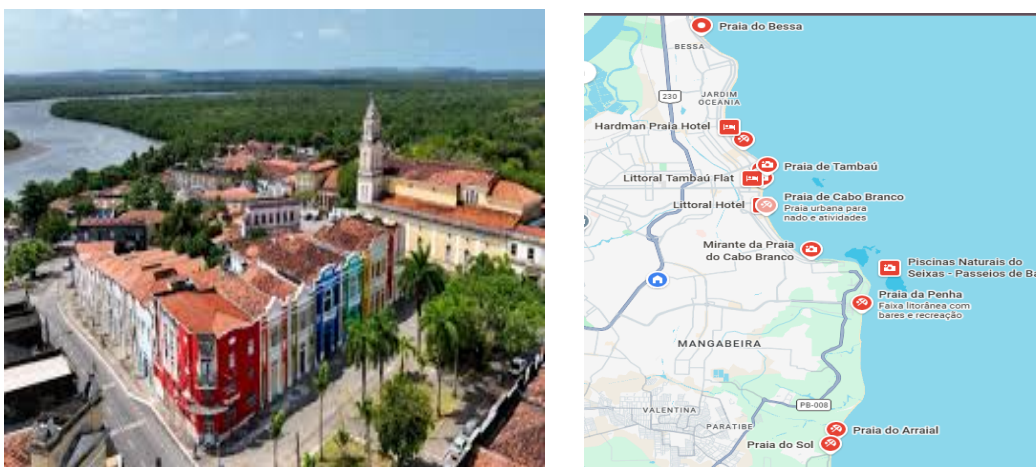
Sendo assim, a formulação do Plano Municipal da Primeira Infância de João Pessoa considerou os dados demográficos e de acesso às políticas públicas e indicadores que retratam a realidade da primeira infância em João Pessoa, para garantir ações voltadas às políticas públicas de saúde, educação, cultura, assistência social, segurança pública, meio ambiente e os direitos à convivência familiar e comunitária, o viver livre de violência e ao acesso à justiça.

Os indicadores elencados a partir dos referenciais foram dispostos a partir dos dados secundários acessíveis nos órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e fontes de dados e indicadores dos órgãos públicos de João Pessoa.

2.1 João Pessoa: história, economia e caracterização sociopolítica

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é uma das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1585, possui uma trajetória histórica marcada pela presença indígena, pela colonização portuguesa na ocupação do seu litoral. Ao longo de sua formação, o município desenvolveu-se a partir das atividades portuárias, comerciais e administrativas, preservando um rico patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, especialmente no Centro Histórico. Essa herança, aliada à forte relação com o meio ambiente, os rios, o mangue e o litoral, forma a identidade da cidade e influencia diretamente sua organização social, cultural e territorial até os dias atuais.

IMAGEM 2 e 3: CENTRO DE JOÃO PESSOA, RIO E MANGUE; MAPA DO LITORAL PESSOENSE



FONTE: imagem de domínio público da internet e Google Maps

O crescimento populacional e o potencial migratório que João Pessoa tem vivenciado nos últimos anos impõe novos desafios à lógica de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O aumento da população intensifica a demanda por serviços públicos e pressiona áreas essenciais como saúde, educação, assistência social, segurança, limpeza urbana, mobilidade e preservação ambiental, além de impactar diretamente no aumento do custo de vida e na ampliação das desigualdades. Esse cenário exige maior rigor no planejamento e na execução das políticas públicas, bem como, o aprimoramento do transporte público, da sustentabilidade urbana e do investimento em infraestrutura que minimize os impactos ambientais do crescimento, a preservação das áreas verdes e das belezas naturais do município.

A análise referente ao rendimento domiciliar per capita e aos indicadores da linha de pobreza, João Pessoa apresenta um desempenho ambíguo. De acordo com dados do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)⁸, o município figura como a capital nordestina mais bem posicionada em termos de renda domiciliar per capita, ocupando a 10ª posição no ranking nacional, com valor médio de R\$2.714,00 por pessoa. Entretanto, esse desempenho convive com um elevado nível de desigualdade de renda, uma vez que a cidade apresenta Índice de Gini de 0,629, posicionando-se como a capital com maior desigualdade entre todas as capitais brasileiras, estampando as disparidades socioeconômicas do território.

⁸ FONTE: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/desafios-para-novas-gestoes-das-capitais-brasileiras>

De acordo com a tabela 2, observamos a relação entre a renda domiciliar per capita de João Pessoa, e sua posição referente ao índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda ou riqueza da população e do Índice de Palma, que mede a desigualdade relativa obtida a partir da razão entre o rendimento concentrado pelos 10% da população com os maiores rendimentos e o rendimento concentrado pela população com os 40% menores rendimentos, o que demonstra a desigualdade de renda da população.

TABELA 1: RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, ÍNDICE DE GINI E DE PALMA DAS CAPITAIS DO NORDESTE (2023)

Capital (UF)	Renda domiciliar per capita média		Índice de Gini (renda domiciliar pc)		Índice de Palma (razão 10/40)	
São Luís (MA)	1.570	(24°)	0,518	(17°)	3,5	(17°)
Teresina (PI)	2.181	(16°)	0,583	(4°)	5,0	(4°)
Fortaleza (CE)	1.772	(20°)	0,566	(5°)	4,7	(5°)
Natal (RN)	2.315	(13°)	0,583	(3°)	5,0	(3°)
João Pessoa (PB)	2.714	(10°)	0,629	(1°)	6,5	(1°)
Recife (PE)	1.621	(21°)	0,549	(8°)	4,3	(7°)
Maceió (AL)	1.597	(23°)	0,516	(18°)	3,4	(18°)
Aracaju (SE)	1.885	(18°)	0,546	(9°)	4,1	(11°)
Salvador (BA)	1.824	(19°)	0,562	(6°)	4,5	(6°)

FONTE:Elaboração própria⁹

O Índice de Gini e o Índice de Palma são medidas utilizadas para avaliar a desigualdade de renda em uma população. O de Gini indica o grau geral de concentração de renda, variando de 0 (igualdade total) a 1 (máxima desigualdade), mostrando o quanto a renda está distribuída de forma equilibrada ou concentrada. Já o Índice de Palma compara diretamente a renda dos 10% mais ricos com a dos 40% mais pobres, evidenciando a distância entre os extremos da sociedade. Enquanto o

⁹ Com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE (2023). Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE das capitais brasileiras (2023). **FONTE:** <https://blogdoibre.fgv.br/posts/desafios-para-novas-gestoes-das-capitais-brasileiras>

Gini oferece uma visão ampla da desigualdade, o Palma torna mais evidente o contraste entre riqueza e pobreza. Quanto à composição da renda da população de João Pessoa, 76,4% da renda das famílias advém do Trabalho, 16,4% de Aposentadorias, 2,8% de Programas Sociais e 4,4% de outras fontes. Ainda, de acordo com o IBGE (2022) a população ocupada é de 39,11 %, o que revela uma elevada proporção da população sem acesso aos meios necessários de trabalho e renda.

Outro recorte importante na população da Paraíba é o racial, o estado apresenta a maior taxa autodeclarados¹⁰ pardos do nordeste. A população de João Pessoa mantém esse traço com o número de 422.154 pessoas autodeclaradas pardas, de acordo com o censo do IBGE/2022¹¹. Essa composição aponta para a necessidade de direcionamento políticos frente às comunidades tradicionais, como as quilombolas de Paratibe, as ribeirinhas, como a do Porto do Capim e as expressões da população indígena ao longo do litoral. Assim, a tabela abaixo demonstra a disposição de cor e raça predominante em João Pessoa.

TABELA 2- POPULAÇÃO POR RAÇA/COR EM JOÃO PESSOA

Cor/raça	Nº
Branca	331.409
Preta	76.644
Amarela	1.154
Parda	422.154
Indígena	2.557

FONTE: IBGE,Censo Demográfico 2022

A distribuição da população de João Pessoa por cor/raça indica predominância de autodeclaradas pardas (422.154), seguidas por pessoas pretas (76.644) e brancas (31.409), além de menores contingentes de indígenas (2.557) e amarelas (1.154). Considerando a classificação adotada nas discussões sobre equidade racial no Brasil, a população negra é composta pela soma de pessoas pretas e pardas, que representam a maioria no município, compondo o grupo que historicamente

¹⁰ O pertencimento étnico-racial é investigado respeitando o critério de autoidentificação. São consideradas pessoas negras as que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE e que possuam traços físicos, também chamados de fenotípicos, que as caracterizem como de cor preta ou parda.

FONTE: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/quem-e-pessoa-negra-no-brasil>

¹¹ **FONTE:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/pesquisa/10101/96387?tipo=grafico&indicador=290258>

enfrenta maiores desigualdades socioeconômicas e barreiras no acesso à renda, direitos e serviços públicos, o que reforça a necessidade de políticas públicas para promoção da equidade racial.

A tabela 3 apresenta o perfil da população de 0 a 6 anos por raça e cor, evidenciando a diversidade étnico-racial que compõe a infância na cidade de João Pessoa. O reconhecimento do marcador racial indica a adoção de estratégias que promovam equidade, enfrentamento ao racismo estrutural, o acesso universal e qualificado aos direitos fundamentais desde os primeiros anos de vida.

TABELA 3: POPULAÇÃO DE 0 E 6 ANOS DE JOÃO PESSOA POR RAÇA/COR

Raça/ cor	Em porcentagem%	Em números
Branca	44,34	32.783
Preta	5,30	3.917
Amarela	0,09	70
Parda	49.94%	36.928
Índigena	0,33%	242

FONTE: Primeira Infância em Dados¹²

Os dados revelam que 59,75% das crianças pertencem à população negra, sendo 53,49% de crianças pardas e 6,26% pretas. Logo, a centralidade do marcador social de raça na formulação das políticas públicas voltadas à primeira infância, é essencial, uma vez que crianças negras, historicamente, são mais expostas às desigualdades socioeconômicas e territoriais. O racismo é considerado experiência adversa na infância que viola direitos e compromete o desenvolvimento, a autoestima, a socialização, a saúde física e mental. Nesse sentido, há a necessidade de implementação de práticas antirracistas em serviços de atendimento à primeira infância, pois é nessa fase que as primeiras experiências podem ocorrer e significar impactos no desenvolvimento infantil.

A relevância da questão racial também se evidencia no perfil de matrícula, os dados oficiais da Prefeitura Municipal de João Pessoa¹³ mostram que 14.605 crianças encontram-se matriculadas nos 98 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), sendo 69,31% de crianças negras matriculadas na pré-escola, sendo 64% de crianças pardas e 4,95% de crianças pretas.

A urgência de políticas públicas específicas para as infâncias negras se evidencia tanto nos indicadores sociais quanto na necessidade de estudos que analisem as condições de acesso, permanência e desempenho escolar. O campo educacional foi historicamente marcado por práticas de discriminação racial, afetando a construção da identidade das crianças negras e suas trajetórias escolares. Essa desigualdade também aparece no acesso à saúde, inclusive na prevenção da mortalidade infantil, que atinge de forma mais intensa a população negra. Diante disso, é

¹² **FONTE:** <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/capitais/joao-pessoa-pb/>

¹³ **FONTE:** <https://primeirainfanciaemdados.org.br/capitais/joao-pessoa-pb/>

fundamental que o Plano Municipal da Primeira Infância incorpore a equidade racial como eixo transversal e estruturante de suas diretrizes, metas e ações.

3. REALIDADE DAS POLÍTICAS E SERVIÇOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância, compreendida do nascimento aos 6 anos de idade, é uma fase decisiva para o desenvolvimento e representa um período estratégico para o investimento social. Evidências científicas indicam que, nessa etapa, ocorre intensa formação das conexões cerebrais, marcada pela neuroplasticidade, que sustenta o desenvolvimento cognitivo, emocional e afetivo e influencia a capacidade de aprendizagem ao longo da vida. Assim, garantir condições adequadas de saúde, nutrição, educação, segurança e oportunidades de brincar contribui para redução de desigualdades.

Indicadores relacionados a esses componentes serão apresentados a seguir, a fim de subsidiar a análise da realidade local e os desafios a serem enfrentados pelo Sistema de Garantia de Direitos de João Pessoa, a partir dos dados da saúde, educação, assistência social, das violências contra as crianças, na cultura, no espaço, na cidade e no meio ambiente.

3.1 Indicadores de Saúde

Os indicadores de saúde são fundamentais para a elaboração e a efetividade do Plano Municipal da Primeira Infância, pois permite compreender, de forma objetiva e territorializada, as condições de vida e de desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no município.

IMAGEM 4 e 5: GESTANTE EM ATENDIMENTO PRÉ NATAL E VACINAÇÃO INFANTIL



14



FONTE: Imagens extraídas da página da Prefeitura de João Pessoa/Secretaria de Saúde

A avaliação e o monitoramento desses grupos são realizados a partir dos seguintes componentes-chave:

Mortalidade e Risco: mortalidade materna, taxa de mortalidade infantil e óbitos de crianças menores de um ano por causas evitáveis;

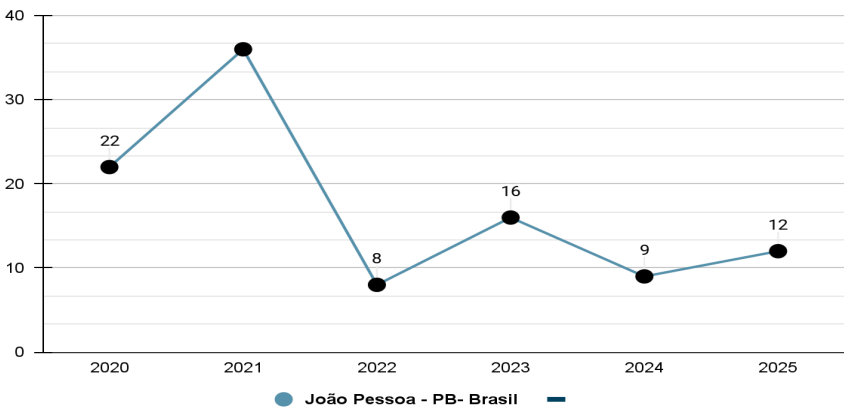
¹⁴ **FONTE:**

<https://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/servicos-da-sms-oferecem-cuidados-durante-gravidez-de-risco-e-evitam-mortalidade-materna/>

Condições Nutricionais e Hábitos Alimentares: desnutrição, obesidade infantil, segurança alimentar e taxas de aleitamento materno;
Vulnerabilidade: gravidez na adolescência e violência contra as crianças.

A oferta de atendimento pré-natal e neonatal qualificado repercute em outros indicadores vitais da saúde materno-infantil, entre eles o aumento das taxas de aleitamento materno, reconhecido como um dos principais fatores de proteção contra óbitos infantis por causas evitáveis, orientação sobre vacinação e prevenção às diversas formas de violência. Como mostrado na imagem abaixo, dados de Mortalidade Materna¹⁵ no período de 2020 a 2025, que reflete a qualidade da assistência à gestação, parto e puerpério compreendendo que a meta para esse desafio é a eliminação dos óbitos evitáveis, com vigilância e intervenções eficazes para garantir proteção à gestante.

IMAGEM 6: DADOS DA MORTALIDADE MATERNA DE 2020 A 2025



Em 2021, observou-se um pico de 36 óbitos de gestantes, cuja causa raiz pode ser atribuída à epidemia de COVID-19. Esse evento crítico expôs a vulnerabilidade das gestantes em contextos de crise sanitária. No ano subsequente, 2022, houve uma redução para 8 óbitos, seguida por um crescimento de 16 óbitos em 2023. Embora os anos de 2024 (9 óbitos) e 2025 (12 óbitos) mostram redução após o pico pandêmico, as flutuações indicam que a estabilidade ainda não foi alcançada.

Já os dados referentes ao total de nascidos vivos no município, considerando o local de residência da mãe, indicam relativa estabilidade no número de nascimentos ao longo do período analisado, com pequenas oscilações anuais, como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 2: TOTAL DE NASCIDOS VIVOS POR MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DA MÃE.

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Nº	11.409	11.126	10.727	11.045	10.667	54.974

FONTE: Elaboração Própria

¹⁵ **FONTE:** Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) - Outubro de 2025
http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/materna/Dados_preliminares- outubro 2025

Observa-se leve redução de nascidos vivos de mães residentes de João Pessoa entre 2020 e 2022, seguida de discreta recuperação em 2023 e nova queda em 2024, totalizando 54.974 nascidos vivos no quinquênio. Para o Plano Municipal da Primeira Infância, esses dados são fundamentais, pois orientam o dimensionamento da demanda por serviços de saúde materno-infantil, além de subsidiar o planejamento de ações capazes de responder, de forma adequada, às necessidades dessa população.

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), representa o número de óbitos de crianças menores de um ano a cada mil nascidos vivos, sendo um dos principais indicadores das condições de saúde, de vida e de acesso a serviços básicos de uma população, como mostra o quadro a seguir..

QUADRO 3: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR CAUSAS EVITÁVEIS

ANO	% a cada mil nascidos	Em números
2020	11,22%	128
2021	12,31%	137
2022	15,10%	151
2023	12,58%	139

FONTE: Elaboração Própria

A análise dos dados da Mortalidade Infantil (MI)¹⁶, no período de 2020 a 2023, mostra desafios na garantia de atenção integral à saúde da parturiente e da criança. Observa-se aumento, 128 em 2020 (11,22%) para 151 em 2022 (15,10%), de óbitos que poderiam ser prevenidos por ações qualificadas nos serviços de saúde, especialmente no pré-natal, no parto, no acompanhamento do recém-nascido e na atenção básica. Em 2023, houve uma redução para 12,58%, o que pode sinalizar avanços nas estratégias de cuidado materno-infantil, embora o índice permaneça elevado.

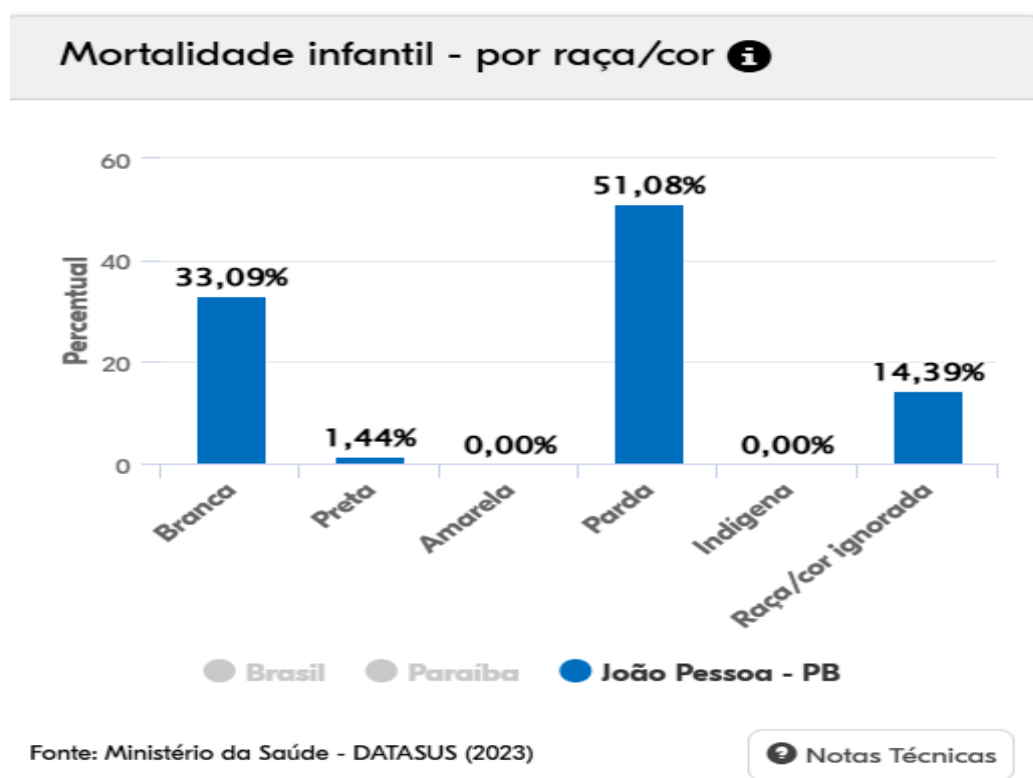
Vale destacar que os dados também reforçam, mais uma vez, os impactos da pandemia do COVID-19, sobre a saúde materno-infantil, especialmente no período pós-pandêmico, quando se observou agravamento nas condições de cuidado e proteção da primeira infância. Fatores como a sobrecarga dos serviços de saúde, a reorganização da atenção primária, a redução do acompanhamento regular de gestantes e crianças, o agravamento da insegurança alimentar e da vulnerabilidade socioeconômica contribuíram para o aumento dos riscos associados a óbitos por causas evitáveis.

Incorporar o marcador social de raça nos dados sobre a mortalidade infantil é fundamental para perceber as desigualdades estruturais que impactam o direito à vida e ao desenvolvimento na primeira infância. Estudos e indicadores demonstram que mães negras sofrem mais riscos que as

¹⁶ **FONTE:** <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvpb.def>

brancas¹⁷, e que crianças negras estão mais expostas a condições de vulnerabilidade social¹⁸, dificuldades de acesso a serviços de saúde de qualidade e à práticas institucionais marcadas pelo racismo estrutural, que se reflete em maiores taxas de óbitos evitáveis, como na imagem a seguir.

IMAGEM 7: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR RAÇA/COR



Conforme visto anteriormente, o município de João Pessoa registrou, em 2023, um total de 139 óbitos de crianças com até um ano de idade. A imagem 8, evidencia que desse total, 52,52% corresponderam a crianças negras, somando 73 óbitos, sendo 71 crianças pardas (51,08%) e 2 crianças pretas (1,44%). Esses números, quando analisados à luz das causas evitáveis e do marcador raça/cor, comprova as desigualdades raciais, além de refletir falhas e áreas críticas que exigem melhorias nas ações de saúde para redução da mortalidade infantil, identificadas como: baixa cobertura vacinal; atenção inadequada à gestante e ao recém-nascido; ausência de diagnóstico precoce e tratamento; e fragilidades na atenção primária e infraestrutura.

A análise da desnutrição, do aleitamento materno e da segurança alimentar é fundamental quando se trata da proteção integral da primeira infância, pois são elementos basilares para o crescimento saudável, para o desenvolvimento cognitivo e à redução de agravos evitáveis à saúde. A alimentação adequada nos primeiros anos de vida, especialmente após o aleitamento materno,

¹⁷ **FONTE:**

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/morte-de-maes-negras-e-duas-vezes-maior-que-de-brancas-aponta-pesquisa>

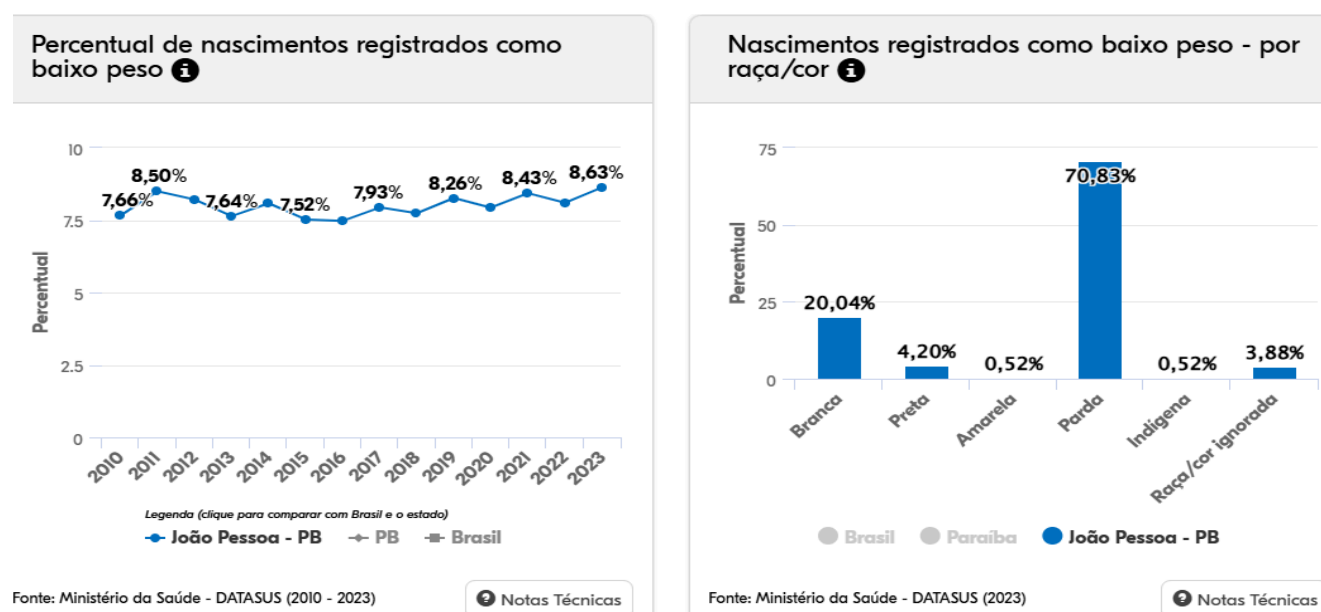
¹⁸ **FONTE:**

<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/entre-criancas-pretas-menores-de-5-anos-risco-de-morte-e-39-maior/>

constitui base essencial para a prevenção de doenças, o fortalecimento do sistema imunológico e a garantia do direito à vida e ao desenvolvimento pleno.

Sendo assim, os dados sobre nascimentos com baixo peso em João Pessoa revelam uma tendência de crescimento desse problemas no período de 2010 a 2023, conforme pesquisa do censo de 2022 e o reflexo do marcador de raça no nascimento de crianças com baixo peso, como mostra a imagem a seguir:

IMAGEM 8 E 9: NASCIMENTOS COM BAIXO PESO E COM MARCADOR DE RAÇA



FONTE: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2022)

Os dados mostram que 8,63%, ou 953 bebês nascidos com baixo peso em 2023, corresponde a um percentual superior aos anos anteriores, apontando para fragilidades na atenção básica e vulnerabilidades socioeconômicas. Quando analisado o marcador de raça/cor, observa-se que a maior concentração de nascimentos com baixo peso ocorre entre crianças pardas (70,83%) e crianças pretas (4,20%), realçando que a população negra é desproporcionalmente afetada por esse agravo.

Em relação ao aleitamento materno exclusivo (AME) até os seis meses, no Brasil, alcança cerca de 45,8% das crianças, segundo o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) 2021¹⁹. Apesar da melhora ao longo dos anos, o índice ainda está abaixo da meta recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 70%. Observa-se aumento no tempo médio de amamentação, embora muitas crianças deixem de receber exclusivamente o leite materno antes dos três meses e interrompam a amamentação total antes do segundo ano de vida.

Na Paraíba, o cenário é mais desafiador. O estado registra uma prevalência de aleitamento materno exclusivo de apenas 16,6%. Diante desse contexto, têm sido implementadas políticas e ações

¹⁹ **FONTE:** <https://enani.nutricao.ufjf.br/enani-2019/>

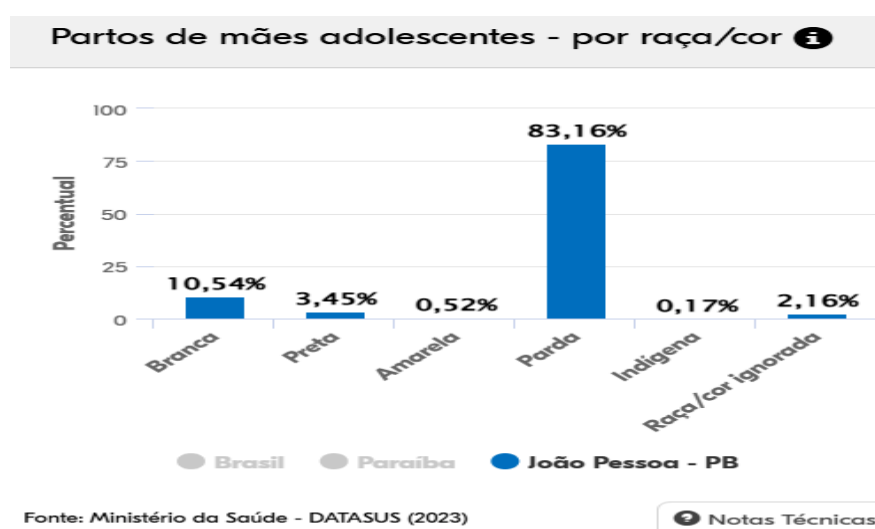
de incentivo, como o programa “Amamentação Sem Dor²⁰” e campanhas de conscientização, a exemplo do Agosto Dourado, com apoio da rede pública de saúde. Na mesma esteira do estado, João Pessoa²¹ mostra baixos índices de aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses de vida. Uma pesquisa de corte conduzida em maternidades públicas do município mostrou que, aos dois meses de idade, apenas 14,4% dos bebês permaneciam em aleitamento materno exclusivo (AME).

Outro estudo, de caráter transversal, realizado com crianças frequentadoras de creches públicas de João Pessoa, identificou que somente 5,3% das crianças de até 24 meses estavam em AME no momento da coleta dos dados. Porém, destacam-se iniciativas para a promoção do aleitamento, como o Banco de Leite Humano Anita Cabral, que atende especialmente recém-nascidos prematuros e hospitalizados, além de estimular a doação de leite materno.

Ao abordar o eixo da saúde na primeira infância, é essencial ampliar a análise para além dos indicadores biomédicos, incorporando as vulnerabilidades sociais, emocionais e contextuais, como a exposição a situações de risco e violências, que exige respostas intersetoriais, integradas e preventivas. Nesse contexto, a gravidez precoce configura-se como um fator de risco, pois mães adolescentes, em razão de suas próprias vulnerabilidades, como menor acesso a recursos, apoio social, escolarização e cuidados em saúde, enfrentam desafios para oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento de seus filhos. Dessa forma, reforça-se a necessidade de investimentos em políticas públicas voltadas à prevenção da gravidez precoce e ao apoio às adolescentes e às suas crianças.

No que se refere aos indicadores de partos de mãe adolescentes (até 19 anos), em João Pessoa, totalizaram 10,48% dos partos em 2023.²² Quando analisamos o marcador de raça/cor no Censo de 2022, observa-se que 83,16% das mães adolescente são pardas, 3,45% são pretas e 10,54% são brancas, como mostra a imagem a seguir:

IMAGEM 10: NÚMERO DE PARTOS DE MÃES ADOLESCENTES POR MARCADOR DE RAÇA²³



²⁰ FONTE: <https://www.al.pb.leg.br/53146/agora-e-lei-paraiba-ganha-politica-de-amamentacao-sem-dor.html>

²¹ FONTES: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22431?locale=pt_BR ; https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/966?&&locale=pt_BR ;

²² FONTE: <https://primeirainfanciaemdados.org.br/capitais/joao-pessoa-pb/>

²³ FONTE: <https://primeirainfanciaemdados.org.br/capitais/joao-pessoa-pb/>

Estes dados salientam a maternidade precoce entre adolescentes negras vulnerabilizadas no município. Essa intersecção entre desigualdades raciais, sociais e territoriais, assevera a necessidade de intervenções direcionadas à essa população, com o objetivo de interromper ciclos intergeracionais de desigualdades e garantir condições mais equitativas de cuidado com a primeira infância.

Conforme orienta o Plano Nacional, é importante considerar os dados sobre as violências que afetam a primeira infância. No Brasil, a violência contra crianças é um problema persistente e subnotificado. A violência sexual atinge de forma alarmante essa faixa etária: estima-se que cerca de 100 crianças sofram violência sexual por dia no país,²⁴. Os registros mostram crescimento das denúncias de violência contra crianças na Paraíba²⁵, até outubro de 2025, os Conselhos Tutelares (CT) haviam registrado mais de 630 ocorrências de violência, sendo a violência sexual um dos tipos que mais aumentaram. Em João Pessoa²⁶, os CT registraram mais de 430 denúncias de violência infantil em 2025. entre os tipos de agressão, a sexual tem apresentado crescimento mais expressivo.

Por fim, a definição das ações de saúde no PMPI deve contemplar a atenção qualificada ao pré-natal e ao parto humanizado, o cuidado à saúde da gestante e da puérpera com foco na parentalidade, a puericultura, a vacinação, a promoção do aleitamento materno, a atenção às deficiências e aos diferentes perfis de desenvolvimento, o enfrentamentos às violências, bem como, a articulação efetiva entre a Atenção Básica, o NASF, os CAPS e as Unidades Básicas de Saúde, assegurando cuidado integral e contínuo às crianças e suas famílias.

3.2 Indicadores Educacionais



FONTE: Acervo da Escuta qualificada com crianças - Crianças em Atividade

²⁴ **FONTE:**

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/disque-100-registra-657-2-mil-denuncias-em-2024-e-crescimento-de-22-6-em-relacao-a-2023>

²⁵ **FONTE:**

<https://www.brasildefato.com.br/2024/07/19/aumento-da-violencia-sexual-contrameninas-na-paraiba-estupros-e-abandono-de-incapaz-em-alta/>

²⁶ **FONTE:** <https://cbnparaiba.com.br/joao-pessoa-registra-mais-de-430-denuncias-de-violencia-infantil-em-2025>

O direito à educação no Brasil está consolidado como um direito fundamental, sendo dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade, a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade. Assegura o acesso à Educação Infantil, em creche e pré-escola, para crianças de até 5 anos de idade, de acordo com o Art. 205 da Constituição Federal (CF). (Brasil, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), define a Educação Infantil (creche e pré-escola) como a primeira etapa da Educação Básica. Dentro da organização do Sistema de Ensino, a responsabilidade prioritária pela oferta da Educação Infantil e, também, do Ensino Fundamental, cabe aos Municípios, atuando em regime de colaboração com os demais entes federados.

Os referenciais da educação contidos nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁷, apresenta o seguinte texto no seu 4º objetivo:

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos, visando garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Na Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME), os textos determinam a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação da oferta de educação infantil em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência dos Planos, que foi ampliada para 2025. Diante desse resumo legal e normativo, nota-se que a educação infantil é um direito fundamental e uma responsabilidade do poder público. Com isso, é elementar analisar a conjuntura da educação para crianças de até 6 anos no município de João Pessoa.

Vale destacar que as Unidades de Educação Infantil são ambientes privilegiados para promover a equidade, e as ações devem focar na Lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira. A construção de caminhos antirracistas exige o uso de metodologias lúdicas, linguagem adequada para o fortalecimento da identidade e a compreensão da diversidade étnica desde a primeira infância.

3.2.1 Acesso a Educação Infantil

A análise dos dados quantitativos também é essencial para verificar os indicadores educacionais, o grau de efetivação dessas diretrizes no território, identificar desigualdades e lacunas na oferta educacional, e subsidiar o planejamento de ações e políticas públicas que assegurem o cumprimento do direito à educação desde os primeiros anos de vida.

Em 2023, o Índice de Necessidade de Creche (INC) indicou que 55,21% das crianças de 0 a 3 anos em João Pessoa se enquadravam nos critérios de necessidade de acesso à creche, percentual superior às médias nacional (45,87%) e estadual da Paraíba (46,87%), conforme dados do Instituto

²⁷ FONTE: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)²⁸. No que diz respeito à progressão do número de matrícula de crianças, temos os dados a seguir.

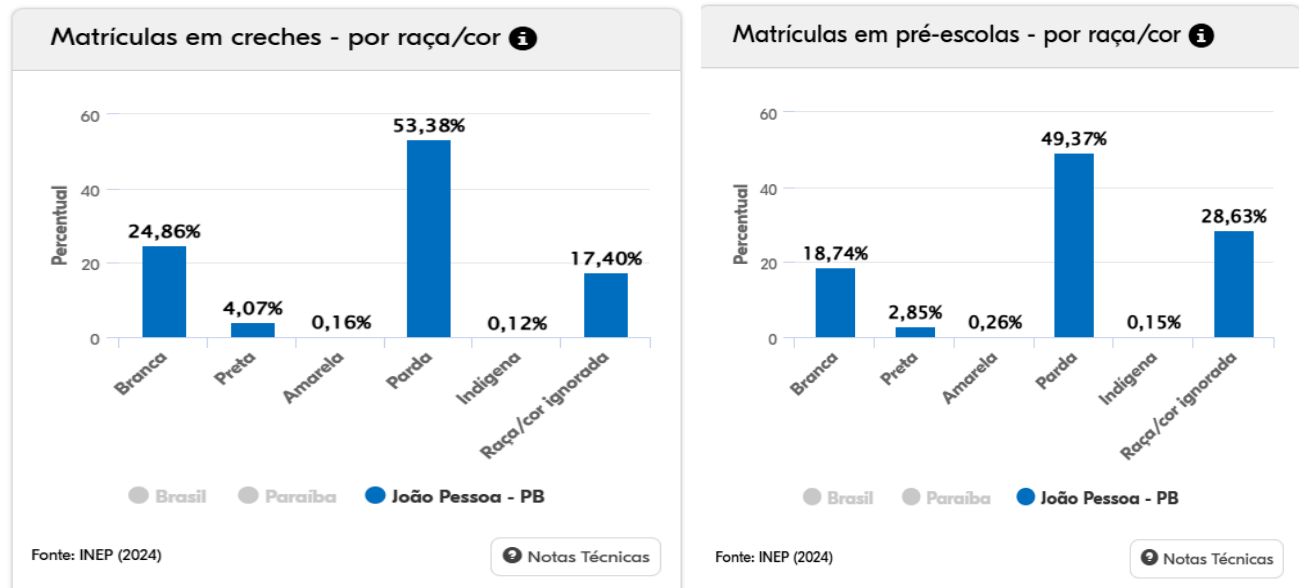
QUADRO 4: META E NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS EM JOÃO PESSOA

Meta PNE 50% das crianças em creches até 2016	Faixa Etária das Crianças	João Pessoa	Quantitativo Nacional
Meta alcançada 2024	De 0 a 3 anos	30,58% 13.80 matrículas	38,45%
Meta alcançada 2024	De 4 a 5 anos	69,68% 16.918 matrículas	69,68%

FONTE: Elaboração própria

Está amplamente demonstrado que a creche constitui um espaço fundamental de socialização e oferta de estímulos ao desenvolvimento das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade. João Pessoa integra o terço inferior do ranking nacional de cobertura em creches para crianças de 0 a 3 anos, com percentual situado abaixo de 32,06%, demandando planejamento estratégico por parte da gestão pública, de modo que a expansão de vagas ocorra de forma equitativa e alinhada às necessidades específicas da população.

IMAGENS 11 e 12 - MATRÍCULAS EM CRECHES E EM PRÉ-ESCOLAS POR RAÇA/COR



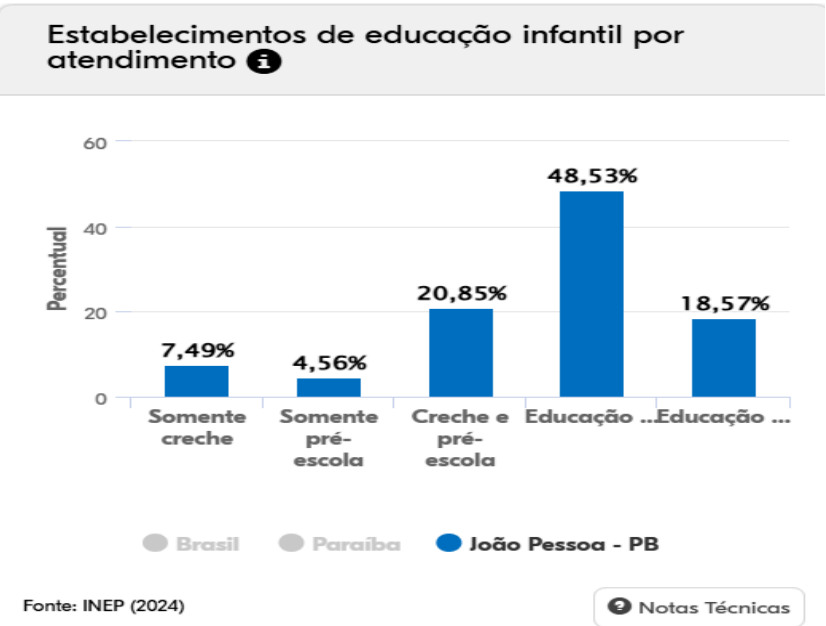
²⁸ FONTE: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>

A distribuição das matrículas em creches, por inclusão do marcador raça/cor, com a análise conjunta das matrículas das matrículas das pré-escolas de João Pessoa, mostram que em ambas as etapas, as crianças pardas concentram a maior proporção das matrículas (53,38% nas creches e 49,37% nas pré-escolas), seguidas pelas brancas (24,86% e 18,74%, respectivamente), enquanto crianças pretas permanecem sub-representadas, com percentuais de 4,07% nas creches e 2,85% nas pré-escolas. Crianças indígenas e amarelas apresentam participação residual em ambas as etapas. Destaca-se, ainda, o elevado percentual de registros com raça/cor ignorada, que se amplia da creche com 17,40% para 28,63% na pré-escola, sugerindo fragilidades na coleta de informações que são importantes para o acesso, à continuidade, à equidade racial e para o aprimoramento dos sistemas de informação da educação infantil.

Ao considerar as discussões contemporâneas que orientam a análise racial no Brasil, nas quais os grupos de pessoas pretas e pardas são compreendidos como população negra, observa-se que, no caso de João Pessoa, a soma das matrículas de crianças pretas e pardas representa a maior parcela tanto nas creches quanto nas pré-escolas, indicando que a população negra está incluída nessas etapas da educação infantil. No entanto, a análise desses dados deve ser realizada de forma cautelosa, uma vez que a elevada proporção de registros com raça/cor ignorada, especialmente na pré-escola, pode ocultar desigualdades no acesso e na permanência. Além disso, a presença quantitativa não elimina a avaliação da oferta, da qualidade do ensino, e das desigualdades territoriais e socioeconômicas que afetam de maneira desproporcional crianças negras.

No que se refere ao número e criação de novos equipamentos de educação por grau de ensino em João Pessoa, de acordo com o INEP, temos os seguintes dados.

IMAGEM 13: ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL POR ATENDIMENTO



A distribuição dos 3073 estabelecimentos de educação em João Pessoa, segundo o tipo de atendimento ofertado, mostra a predominância de unidades com oferta integrada a outras etapas da educação básica. Apenas 7,49%, ou seja, (23 centros) são exclusivamente creche e 4,56%, (14

unidades) são exclusivamente pré-escola, enquanto 20,85% (64 escolas) ofertam ambas as etapas da educação infantil. A maior parte está inserida em estruturas que combinam a educação infantil com o ensino fundamental 48,53% (149 escolas) ou com o ensino fundamental e/ou médio 18,57% (54 escolas). Esse cenário sugere que a oferta da educação infantil no município ocorre majoritariamente de forma compartilhada com outras etapas educacionais, o que pode representar desafios à organização de espaços, recursos e práticas pedagógicas específicas para a primeira infância.

Destaca-se aqui, a importância da formação inicial e continuada dos/as educadores/as que atuam nas creches e pré-escolas de João Pessoa, profissionais essenciais para a promoção do desenvolvimento infantil. Uma formação qualificada favorece a criação de ambientes seguros, acolhedores e estimulantes, capazes de responder às necessidades das crianças e de sustentar práticas pedagógicas alinhadas às diretrizes da Educação Infantil. Investir na formação docente fortalece a qualidade do cuidado e da educação ofertados, contribui para a leitura crítica da realidade, da redução das desigualdades e para a efetivação do direito à educação.

Nesse contexto, destacam-se dois desafios contemporâneos que tornam ainda mais urgente o investimento na formação docente: o aumento expressivo de laudos diagnósticos de crianças neurodivergentes e outros transtornos do desenvolvimento, e a presença de crianças venezuelanas na rede municipal de educação infantil, marcada por diferenças linguísticas, culturais, experiências migratórias e situações de vulnerabilidade. Ambas as realidades exigem competências para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis à diversidade e articuladas com outras políticas públicas, a fim de evitar processos de exclusão, estigmatização ou inadequação pedagógica, assegurando o acolhimento e o direito à educação de todas as crianças.

Nesse quesito, há investimentos na formação continuada dos/as educadores/as de João Pessoa, por meio do Programa de Leitura, Escrita e Oralidade²⁹, voltado para creches e pré-escolas. A formação contempla temáticas centrais para a qualificação da prática pedagógica, sobre as especificidades da Educação Infantil e os sentidos indissociáveis do cuidar e educar nessa etapa da educação básica. Ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos, criativos e capazes de interações significativas, a formação de educadores/as reafirma princípios fundamentais e alicerça o compromisso da política municipal de educação com a qualificação e valorização do trabalho docente na primeira infância.

3.2.2 Educação Inclusiva

A educação inclusiva na primeira infância como um princípio essencial para a garantia do direito à educação, reconhecendo que todas as crianças, independentemente de suas características físicas, sensoriais, intelectuais, culturais ou sociais, devem ter assegurado o acesso, a permanência e a participação plena nos espaços educativos desde os primeiros anos de vida. Na Educação Infantil, a inclusão não se limita à adaptação de práticas pedagógicas, mas envolve a construção de ambientes acolhedores, acessíveis e responsivos à diversidade, nos quais as diferenças são compreendidas como parte constitutiva do processo educativo. Investir em educação inclusiva nessa etapa é estratégico,

²⁹ **FONTE:**

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-e-orgaos/sedec-noticias/profissionais-da-educacao-infantil-de-joao-pessoa-participaram-de-processo-de-formacao/>

pois possibilita intervenções precoces, fortalece o desenvolvimento, previne práticas de exclusão e estigmatização e contribui para a formação de relações sociais baseadas no respeito e na valorização da diversidade.

João Pessoa tem desenvolvido ações intersetoriais voltadas à promoção da inclusão educacional, social e cognitiva de crianças com deficiência, envolvendo diferentes secretarias³⁰. No campo da atenção especializada, as crianças contam com o atendimento multidisciplinar oferecido pelo Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiência (CRMIPD), que contribui para o acompanhamento dessas crianças. Na rede municipal de ensino, educandos/as surdos/as são atendidos com apoio pedagógico específico, com a atuação de educadores/as que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para promoção da autonomia, acesso ao currículo e permanência escolar.

3.2.3 Articulação com as Famílias



O trabalho sistemático com as famílias das crianças em creches e pré-escolas é um componente essencial para a efetivação do cuidado e do desenvolvimento da primeira infância, especialmente considerando que uma parcela significativa dessas crianças vive em contextos familiares chefiados por mães solo, que enfrentam múltiplas vulnerabilidades econômicas e sociais. Essas condições impactam a organização da vida familiar e o acompanhamento da trajetória escolar das crianças. Ao mesmo tempo, a baixa participação das famílias nas atividades propostas pelas unidades educacionais configura um desafio recorrente para a rede, dificultando o fortalecimento do vínculo escola–família e a construção de um senso de pertencimento à comunidade escolar. Nesse contexto, o desenvolvimento de estratégias de escuta, acolhimento e corresponsabilização, que reconheçam as condições dessas famílias e promovam sua participação de forma inclusiva, respeitosa e articulada às políticas de assistência social e proteção, é fundamental para o desenvolvimento das crianças e para o fortalecimento das redes de apoio no território.

Na Educação Infantil de João Pessoa, o trabalho com as famílias ocorre por meio de reuniões sistemáticas, ações de sensibilização e iniciativas como a Semana do Bebê, fortalecendo o diálogo, a participação e a corresponsabilidade no cuidado e no desenvolvimento das crianças.

³⁰ **FONTE:**

<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/projetos-da-prefeitura-de-joao-pessoa-promovem-inclusao-educacional-social-e-cognitiva-de-pessoas-com-deficiencia/>

3.2.4 O Brincar como Eixo Pedagógico



FONTE: site da prefeitura de João Pessoa - imagem de crianças brincando

O brincar constitui eixo central da prática pedagógica na Educação Infantil e é compreendido e levado a sério na rede de educação infantil de João Pessoa, como uma experiência estruturante do desenvolvimento infantil, e não como uma atividade secundária ou destituída de intencionalidade educativa. Ainda persiste, no entanto, a necessidade de sensibilizar famílias e comunidade escolar para desmistificar a ideia de que, ao brincar, a criança está “solta” ou sem objetivos pedagógicos.

É por meio do brincar que a criança aprende, explora o mundo, desenvolve habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras, constrói significados e elabora suas subjetividades. Reconhecer o brincar como linguagem própria da infância implica valorizá-lo como estratégia fundamental de aprendizagem, planejamento pedagógico e garantia do direito da criança ao desenvolvimento integral, conforme orientam as diretrizes nacionais da Educação Infantil. Além de incluí-lo como tema relevante na formação docente, pois os/as educadores/as infantis precisam ter a capacidade de ler o que é externalizado pelas crianças através das brincadeiras.

A transição da creche para a pré-escola instala um momento sensível e decisivo no percurso educativo da criança, que requer planejamento, continuidade pedagógica e atenção às dimensões do desenvolvimento infantil. Essa passagem não deve ser compreendida como uma ruptura, mas como um processo gradual, no qual a criança seja acompanhada e acolhida, respeitando seus tempos e experiências anteriores. Para essa progressão, observar sinais de desenvolvimento, de ampliação da autonomia, da capacidade de interação com outras crianças e adultos, à comunicação verbal e não verbal, à curiosidade, à exploração do ambiente e à participação em atividades coletivas é basilar. A transição bem conduzida favorece a segurança emocional, os vínculos e as aprendizagens.

Na Educação Infantil de João Pessoa, o brincar é valorizado, estimulado e estruturante do cotidiano das unidades de ensino, e também através da programação da Semana do Brincar. Assim, práticas pedagógicas consideram a brincadeira como espaço privilegiado de aprendizagem, expressão e desenvolvimento, integrando-a às rotinas e aos planejamentos como parte fundamental da experiência das crianças.

3.3 Indicadores da Assistência Social



FONTE: site da prefeitura de João Pessoa - fotos do Programa Criança Feliz

A Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece a Assistência Social como um direito fundamental e um dever do Estado, integrado ao sistema de Seguridade Social, conforme Art. 194 e Art. 203 e da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para garantir proteção social a indivíduos, famílias e comunidades no enfrentamento às vulnerabilidades, através de uma rede articulada de serviços, benefícios, programas e projetos. Complementarmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, visa assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social, violência ou violação de direitos.

No direcionamento da política de Assistência Social para a primeira infância, destacamos a relevância para o Programa Criança Feliz (PCF), constituído a partir do Marco Legal e do Decreto nº 8.869/2016, passando, em 2025, por processo de reordenamento, deixando de operar como uma ação programática isolada, sendo incorporado de forma permanente à Proteção Social Básica. A iniciativa passou a integrar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), firmando as visitas domiciliares como estratégia estruturante de acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. Esse reordenamento visa fortalecer a articulação do serviço com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), assegura maior institucionalidade, continuidade e financiamento, e reafirma o compromisso da política de assistência social com a promoção do desenvolvimento da primeira infância.

Dados da Prefeitura de João Pessoa mostram que até 2024, aproximadamente 1.900 famílias eram acompanhadas pelo então Programa Criança Feliz³¹, número que, embora relevante do ponto de vista da proteção e do apoio às famílias, mostra-se reduzido quando comparado ao contingente total de famílias de baixa renda existentes no município. O serviço é destinado à famílias com crianças de 0 a 3 anos, e àquelas contempladas no Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como à gestantes e crianças afastadas do convívio familiar em decorrência de medida protetiva, sendo

³¹ **FONTE:**

<https://www.politicaetc.com.br/2024/04/prefeitura-de-joao-pessoa-atende-mais-de-1-500-familias-pelo-programa-crianca-feliz/>

obrigatória a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Esse cenário comprova a relevância do serviço, ao passo que sinaliza a necessidade de ampliar a cobertura, para alcançar um número maior de famílias em situação de vulnerabilidade e garantir a efetividade da política de atenção à primeira infância no território.

João Pessoa ocupa o 10º maior valor, em âmbito nacional com renda per capita de R\$2.714, ao passo em que apresenta maior desigualdade e concentração de renda, essa realidade exige mecanismos governamentais e da sociedade para enfrentar os desafios da desigualdade social, desenvolvidas a partir das ações articuladas entre as políticas sociais, sendo o Programa Bolsa Família (PBF), o de maior alcance social.

O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho. ³²

O PBF, junto a outros programas e serviços sociais, é acessado por meio do CadÚnico, uma tecnologia social utilizada para identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias de baixa renda que vivem no Brasil. São consideradas famílias de baixa renda aquelas cuja renda mensal por pessoa é de, no máximo, meio salário mínimo. O município de João Pessoa possuía até outubro de 2025)³³:

- 158.016 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 130.015 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 113.109 famílias com renda até ½ salário mínimo;
- 99.325 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado;
- 352.262 Pessoas Cadastradas

Beneficiários do Bolsa Família até Outubro de 2025:

- Famílias Atendidas 76.516
- Pessoas Beneficiadas 193.170
- Benefício médio mensal R\$ 695,64
- 33.001 Benefícios Primeira Infância (BPI): no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 a 7 anos incompletos.
- Benefícios Variáveis Familiares (BVF): no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição: gestantes e nutrízes;

³² FONTE: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.htm>

³³ FONTE: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>

O Registro Civil e a Certidão de Nascimento também são estabelecidos como um direito humano fundamental da criança, com garantia expressa na CF de 1988, no Artigo 102 do ECA e na Convenção sobre os Direitos das Crianças. A legislação, notavelmente a Lei Federal nº 9.534/97, assegura a gratuidade da primeira via e impõe a obrigatoriedade do registro pelos cartórios, respeitando a origem indígena e dos territórios, reforçado pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2012. A erradicação do sub-registro é uma prioridade nacional, alinhada à Meta 16.9 da Agenda 2030 (ODS), que visa garantir identidade legal a todos até 2030. A ausência desse documento acarreta a invisibilidade da criança perante o Estado, comprometendo o planejamento de políticas públicas, além de aumentar a vulnerabilidade a violências extremas, como tráfico e adoção ilegal.

Para enfrentar essa problemática, o Marco Legal da Primeira Infância (2016) e a Lei nº 13.484/2017 implementaram mecanismos estratégicos, como o compartilhamento de dados (Registro Civil e a Declaração de Nascidos Vivos - DNV)³⁴ para avaliação e monitoramento das políticas; a criação de Comitês de Articulação para universalizar o acesso à documentação básica; e a criação das Unidades Interligadas (UIs) nas maternidades. Essas UIs, amparadas pela Lei nº 12.662/2012 e pelo Provimento nº 13/2010-CNJ, viabilizam o registro civil imediato e gratuito, respeitando a opção do declarante quanto à naturalidade da criança (município de residência da mãe ou local do parto). Por fim, a legislação assegura que a ausência da responsabilidade paterna não obstaculiza o registro em nome da mãe, que pode indicar o suposto pai para o devido processo de reconhecimento judicial.

No âmbito da Proteção Social Especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) acompanham demandas da primeira infância relacionadas a situações de violação de direitos, entre as principais situações estão os casos de violência física, psicológica e sexual, negligência grave, abandono, exposição à violência doméstica e contextos de uso abusivo de álcool e outras drogas por responsáveis. O CREAS também atua junto a crianças de até 6 anos afastadas do convívio familiar por medida protetiva, acompanhando acolhimento institucional ou familiar e possibilidades de reintegração familiar, quando viável. Essas demandas exigem atuação articulada com o SGD.

A violência contra crianças, grave violação dos direitos humanos, impacta negativamente seu desenvolvimento físico, psicológico e emocional e se apresentam de diversas formas: violência psicológica, física, violência sexual: abuso e exploração sexual, violência patrimonial, trabalho infantil, tráfico de pessoas, cárcere privado, ameaça de morte, abandono e negligência.

Nos dados do Observatório da Criança e do Adolescente podemos identificar o cenário de violência cometidas contra a infância e a adolescência no Brasil. A análise dos indicadores de violência foi realizada com base no recorte das notificações disponíveis, o que nos foi possível extrair informações de notificações de diferentes violências contra crianças de até 9 anos de idade no município de João Pessoa, apresentadas abaixo.

³⁴ **FONTE:** https://selounicef.org.br/sites/default/files/2019-03/Guia%20Políticas%20Publicas_RS1.pdf
[tps://transparencia.registrocivil.org.br/registros](https://transparencia.registrocivil.org.br/registros)

³⁵**QUADRO 5: NOTIFICAÇÕES POR TIPO DE VIOLÊNCIA E FAIXA ETÁRIA - ANO BASE 2023**

Violação	menores de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos
Violência Sexual	6 casos	31 casos	37 casos
Assédio Sexual	2 casos	6 casos	11 casos
Estupro	4 casos	24 casos	27 casos
Exploração Sexual	1 caso	1 caso	1 caso
Negligência e Abandono	9 casos	28 casos	7 casos
Pornografia Infantil	1 caso	1 caso	1 caso
Violência Física	16 casos	10 casos	17 casos
Violência psicológica	21 casos	12 casos	26 casos
Óbitos por homicídio			02 casos

FONTE: Observatório da Criança e do Adolescente

A distribuição dos casos de violência contra crianças em João Pessoa revela um cenário preocupante, especialmente nas faixas etárias. Observa-se elevada incidência de violências de natureza sexual, com 31 casos de violência sexual entre 1 e 4 anos e 37 entre 5 e 9 anos, além de números expressivos de estupro nessas mesmas idades (24 e 27 casos, respectivamente), o que comprova a vulnerabilidade das crianças pequenas a violações graves, muitas vezes ocorridas em contextos de proximidade. A violência psicológica também apresenta frequência significativa, sobretudo entre 5 e 9 anos (26 casos), assim como a violência física, que atinge todas as faixas, com destaque para menores de 1 ano (16 casos), o que acende alerta para situações de risco no ambiente doméstico. A negligência e o abandono aparecem de forma relevante entre 1 e 4 anos (28 casos), indicando fragilidades nas redes de cuidado. Ainda que os registros de exploração sexual, pornografia infantil e óbitos por homicídio sejam numericamente menores, sua gravidade reforça a necessidade de respostas intersetoriais, preventivas e protetivas, voltadas à identificação precoce, ao fortalecimento das famílias e à proteção integral na primeira infância.

Os dados do Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI) revelam que a maioria dos atos violentos ocorre no ambiente familiar, gerando graves consequências para o desenvolvimento infantil, como o estresse tóxico e os maus-tratos. Em resposta a realidade apresentada o documento oferece soluções e recomendações a gestores e profissionais, enfatizando o fortalecimento da parentalidade positiva e a aplicação rigorosa do arcabouço legal brasileiro como estratégias essenciais para quebrar o ciclo intergeracional da violência. Assim, o Plano para Primeira Infância, independente da instância, deve ter o enfrentamento às violência em suas prioridades.

³⁵ **Fonte:** <https://observatoriocrianca.org.br/tema>

Os dados apresentados a seguir mostram a distribuição das denúncias de violências e violações de direitos contra crianças, registradas por bairro do município de João Pessoa ao longo do ano de 2025, conforme informações do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA). Essas informações contribuem para a análise territorial das ocorrências e para a identificação de áreas prioritárias para ações de prevenção e proteção.

QUADRO 6: Nº DE DENÚNCIAS POR BAIRRO DE JOÃO PESSOA E FAIXA ETÁRIA - 2025

BAIRRO	FAIXA ETÁRIA						
	0 ANO	1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS	TOTAL
Cristo Redentor	3	5	9	10	11	11	49
Ponta do Seixas	0	0	0	0	0	0	0
João Agripino	0	0	0	0	1	0	1
Jardim Oceania	0	0	1	1	0	0	2
Estados	3	1	4	0	2	0	10
Paratibe	1	10	10	14	14	19	68
Roger	3	6	5	0	2	2	18
Planalto B. Esperança	1	3	3	5	3	3	18
Expedicionários	0	0	0	1	0	0	1
Jardim das Acácias	0	0	0	0	0	0	0
Alto do Mateus	0	0	0	0	1	1	2
Tambiá	1	1	0	0	1	1	4
Cuiá	3	6	9	6	5	0	29
Distrito Industrial	0	0	1	0	0	0	1
Valentina	4	8	8	5	12	9	46
Tambaú	0	0	1	0	0	0	1
Jardim Planalto	0	0	0	0	0	0	0
Funcionários	3	6	9	9	11	6	44
Padre Zé	0	6	3	2	3	0	14
Mangabeira	18	16	16	15	15	13	93
Bancários	1	3	3	1	2	0	10
Trincheiras	1	1	0	0	0	1	3
Miramar	0	0	1	1	0	2	4
Pedro Gondim	0	0	0	0	0	0	0
Costa e Silva	1	2	3	7	2	3	18
Treze de Maio	0	1	0	3	1	1	6
Ernesto Geisel	1	12	3	12	13	9	50
Varjão	3	8	2	0	6	4	23
José Américo	2	4	0	7	5	2	20
Ilha do Bispo	1	0	2	2	7	9	21
Oitizeiro	6	4	9	7	7	7	40
Barra de Gramame	0	0	0	0	1	0	1
Castelo Branco	5	1	2	1	0	2	11

Aeroclube	0	0	0	0	1	1	2
Manaira	3	1	1	2	1	2	10
São José	3	0	3	4	3	4	17
Tambauzinho	0	0	0	0	0	1	1
Grotão	5	1	10	2	4	4	26
João Paulo II	12	18	12	14	12	12	80
Área Rural de JP	0	0	0	0	0	0	0
Mussurê	0	0	0	0	0	0	0
Indústrias	4	5	12	10	5	7	43
Jardim São Paulo	0	0	0	2	0	0	2
Muçumagro	4	8	7	5	18	21	63
Marés	0	0	0	0	0	0	0
Cabo Branco	1	0	0	0	0	1	2
Centro	1	1	0	0	2	0	4
Cruz das Armas	6	6	5	3	5	3	28
Água Fria	0	0	1	1	1	1	4
Ipês	1	2	0	0	1	2	6
Portal do Sol	0	2	0	1	0	4	7
Cidade dos Colibris	0	0	1	3	3	1	8
Jardim Cidade Univer	1	2	1	1	1	3	9
Altiplano	1	2	0	0	0	0	3
Bessa	0	1	0	3	1	2	7
Gramame	24	16	29	28	37	36	170
Varadouro	2	2	0	2	4	1	11
Alto do Céu	6	2	2	5	3	2	20
Anatólia	0	0	0	0	0	0	0
Brisamar	0	0	0	0	0	0	0
Penha	0	0	0	0	0	0	0
Mandacaru	10	10	6	8	14	3	51
Torre	2	1	0	1	2	5	11
Jaguaribe	1	2	4	1	3	4	15
Jardim Veneza	2	3	2	4	1	5	17
Ernani Sátiro	3	5	4	8	7	8	35
TOTAL	153	194	204	217	254	238	1260

FONTE: SIPIA, 2025

O volume de casos de violência contra crianças na primeira infância em João Pessoa revela um cenário de alta gravidade e exige atenção prioritária do poder público e da sociedade. Embora não tenhamos a divisão dos tipos de violações, o quantitativo revela as fragilidades na proteção e reforça a urgência de ações intersetoriais de prevenção, identificação precoce, acolhimento e fortalecimento das famílias, assegurando a proteção integral e o direito das crianças a crescerem em ambientes seguros.

3.4 Indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional



FONTE: site da prefeitura de João Pessoa - crianças em atividades culinárias

A alimentação saudável é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento, uma nutrição adequada nos primeiros anos de vida contribui para o crescimento saudável, o fortalecimento do sistema imunológico, neurológico e a prevenção de agravos à saúde ao longo do ciclo de vida. Garantir o acesso regular a alimentos de qualidade, seguros e nutricionalmente adequados é, portanto, condição essencial para a promoção da saúde e para a redução de desigualdades que afetam crianças em contextos de maior vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI), deve estar comprometido com o enfrentamento simultâneo da desnutrição e da obesidade infantil. A desnutrição compromete o desenvolvimento físico e cognitivo, enquanto o excesso de peso na infância está associado a riscos precoces de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Ambas as condições refletem, em grande medida, desigualdades no acesso a alimentos saudáveis e a ambientes promotores de saúde, exigindo ações integradas de vigilância nutricional, atenção à saúde e articulação intersetorial, especialmente entre saúde, educação e assistência social.

Além da oferta de alimentos adequados, a educação alimentar junto às famílias desempenha papel estratégico na construção de hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida. Considerando que muitas famílias enfrentam limitações econômicas, culturais e de informação, é imprescindível desenvolver ações que valorizem práticas alimentares saudáveis, respeitando os contextos socioeconômicos e a autonomia das famílias no cuidado com a alimentação das crianças.

Na educação infantil, por exemplo, há uma atenção permanente à garantia de alimentação adequada na Educação Infantil, considerando que muitas crianças permanecem em período integral nas creches e pré-escolas da rede municipal. Profissionais de nutrição são responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e avaliação dos cardápios, assegurando refeições equilibradas, seguras e nutricionalmente adequadas ao desenvolvimento infantil.

Nos Centros Municipais de Educação Infantil de João Pessoa é realizado o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Semana da Alimentação Saudável para sensibilização de profissionais e famílias.

2.6 TERRITÓRIO: SEGURANÇA, CULTURA, ESPORTE E LAZER



FONTE: redes sociais da prefeitura de João Pessoa - crianças nos espaços públicos de lazer

O território no qual a criança vive exerce influência sobre seu desenvolvimento, na medida em que reúne condições de segurança, acesso a equipamentos públicos, oportunidades de convivência e experiências culturais, esportivas e de lazer. Ambientes seguros, acolhedores e pensados para as crianças favorecem a autonomia e a interação social, enquanto contextos marcados pela violência, insegurança ou ausência de espaços adequados ampliam vulnerabilidades e restringem o direito à infância.

O direito ao brincar, assegurado nos Marcos Legais e Diretrizes Nacionais, é um elemento central nesse contexto e está diretamente relacionado ao acesso a espaços públicos seguros e apropriados para a infância. Praças, parques, áreas verdes e equipamentos comunitários acessíveis e bem cuidados possibilitam experiências lúdicas fundamentais para o desenvolvimento. O brincar, além de promover aprendizagem e bem-estar, contribui para a construção de vínculos comunitários e para a ocupação positiva dos espaços urbanos, reforçando a importância de políticas que garantam segurança, acessibilidade e qualidade desses ambientes para a primeira infância.

Além disso, o acesso à cultura, à arte e às expressões da identidade local amplia as experiências das crianças e fortalece o sentimento de pertencimento ao território. A valorização das manifestações culturais, das tradições e dos saberes locais, aliada à oferta de atividades culturais e esportivas, contribui para a formação de identidades e para o reconhecimento da diversidade. Incorporar a perspectiva da primeira infância no planejamento urbano implica pensar a cidade a partir das necessidades das crianças e de suas famílias, integrando políticas de mobilidade, habitação, cultura, esporte e lazer, de modo a construir territórios mais inclusivos.

Em João Pessoa, é realizada anualmente a Semana do Brincar em João Pessoa, geralmente alinhada à campanha nacional sobre a importância da brincadeira no desenvolvimento infantil. As atividades focam na valorização do brincar livre, contato com a natureza e cultura popular. Eventos ocorrem em locais como o Parque Solon de Lucena e a Bica (Parque Arruda Câmara), com programação lúdica, oficinas, e atividades físicas gratuitas.

4. VOZES INFANTIS: CONSULTA PÚBLICA COM AS CRIANÇAS



FONTE: acervo do momento da escuta com as crianças

A Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) através da Diretoria de Ensino, Gestão e Escola de Formação (DEGEF) e do Departamento de Educação Infantil (DEI), realizou em 03 de outubro de 2025, na Estação Ciência, a ***Consulta Pública com as crianças da Educação Infantil*** para subsidiar a construção do Plano da Primeira Infância do município de João Pessoa.

A consulta contou com a participação de 45 crianças da pré-escola da rede pública municipal, com o objetivo de garantir escuta qualificada das vozes infantis na elaboração do Plano. A iniciativa assegurou a participação das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e valorizando o protagonismo infantil. Por meio desse processo, buscou-se incentivar o exercício da cidadania, levantar percepções, ideias e necessidades a partir da perspectiva das próprias crianças sobre aspectos fundamentais para seu bem-estar.

A escuta ocorreu através de amostragem, tendo por critério a abrangência dos territórios e representações de 15 Unidades de Educação Infantil, cada uma com 03 (três) crianças do nível infantil V. Diferentes territórios do município foram contemplados, garantindo diversidade e inclusão, com representações de crianças dos seguintes Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs): Ubirajara Pinto, Dom Carlos, El Shadday, Joaquim Nabuco, Maria Emília, Boa Esperança, Nenzinha, Manoel Soares, Maria de Fátima Navarro, Risomar, Tereza Cristina, Julian Nunes, Daura Santiago, Marinete Paiva e Frei Afonso.

A consulta ocorreu nos espaços internos da Estação Ciência e foi organizada em três momentos distintos: acolhida com a releitura do painel de Flávio Tavares: “O Reinado do Sol”, direcionada pelas professoras Maria Sonaly e Alcilene da Costa; contação de histórias com o livro “Da Minha Janela”, de autoria de Otávio Júnior, conduzida pela professora Luciana Pereira, proporcionando um momento interativo; e formação de 08 grupos de trabalho para roda de conversa sobre os temas elencados, constituindo-se de 05 (cinco) a 6 (seis) crianças por GT. Foram utilizadas diversas linguagens artísticas e pedagógicas para facilitar a expressão das crianças

Comissão de Profissionais que realizaram a escuta com o grupo de crianças



Para as estratégias metodológicas, alguns cuidados e zelo com as questões éticas, foram fundamentais, como a solicitação do Termo de Assentimento Livre e Esclarecimento - TALE, com autorização das famílias para a participação das crianças da Consulta Pública do Plano Municipal da Primeira Infância de João Pessoa. Ainda, para os responsáveis foi solicitado a autorização para atividades externas da unidade, conforme segue em anexo.

Momento de Contação de História



As oficinas foram desenvolvidas de forma lúdica, estimulando as crianças a expressarem suas percepções por meio do desenho. Os registros aconteceram em diferentes formatos para garantir a fidelidade do processo: registros escritos (palavras-chave, descrições detalhadas das falas e relatos das atividades); registros gráficos (desenhos); fotografias e audiovisuais (fotos, vídeos e áudios). Os recursos materiais utilizados foram: blocos de anotação, canetas, papel sulfite, lápis de cor e hidrocor, máquinas fotográficas, celulares, gravadores e filmadoras.



As crianças foram organizadas em 08 grupos temáticos, com papéis de cores diversas. Cada cor representava um respectivo grupo de trabalho (GT); cada grupo tinha 6 crianças e 2 adultos (um responsável pela escuta ativa e outro pelo registro das falas das crianças). Cada GT foi identificado da seguinte forma:

Educação – azul;
Saúde – amarelo;
Alimentação – preto;
Transporte – branco;
Espaços para Brincar – vermelho;
Moradia – verde;
Família – laranja;
Espaço para Brincar – marrom.

GRUPO AZUL - Educação

(Crianças: Alice, Victória, Aurora e Isa)



Nas reflexões sobre educação, as crianças expressaram suas preferências e desejos relacionados ao cotidiano escolar, revelando percepções genuínas e criativas sobre o ambiente educativo.

O que disseram que mais gostam de fazer na unidade escolar:

- Brincar com Lego;
- Dormir e brincar;
- Jogar jogos variados;
- Fazer atividades e brincar de “Batatinha frita 1, 2, 3”;
- Da merenda (principalmente arroz, feijão e carne);
- Assistir TV;
- Utilizar a mesa digital.

O que as crianças gostariam de ter na unidade:

- Pula-pula;
- Festa para conhecer outras pessoas;
- Brinquedos de cozinha;
- Animais;
- Igreja;
- Que a professora fizesse tudo;
- Festas e borboletas;
- Cachorro-quente e sushi;
- Escola colorida e com arco-íris.

GRUPO AMARELO - Saúde



(Crianças: Laura, Agatha, Ana Clara, João Vitor e João Miguel).

A interação com as crianças iniciou com uma pergunta sobre a rotina delas. **Laura** respondeu: “acordei, levantei, tomei banho pra ir pra creche e depois vim pra cá. **Agatha** falou: “Tomei banho e escovei os dentes, tomei meu nescau e fui pra creche”.

Em seguida, a educadora perguntou às crianças o que é saúde e o que existe no bairro que ajuda as pessoas a serem saudáveis. As crianças responderam: **Agatha**: “É pra gente ver o dentista. Na minha escola tem o espaço para escovar os dentes. E tem que brincar e correr pra ficar forte. Tem que dormir cedo e não comer muito doce. Pra poder brincar na praça tem que tá com saúde” **Ana Clara**: “Saúde é quando a gente não tá doente! Minha mãe fala que escovar os dentes é pra saúde.”. **Laura**: “É comer frutas e tomar água. **João Victor**: “A gente toma vacina para melhorar.”

Quando perguntados sobre quem cuida deles/as quando ficam doentes, responderam: **José Miguel**: “A mãe e o pai”; **Ana Clara**: “A médica”.

Sobre o que o bairro tem que ajuda a nossa saúde, disseram: **Agatha**: “Tem o postinho que a gente vai quando tá doente”. **Laura**: “O remédio pega lá na lojinha”. **João Victor**: “Tem a praça para brincar. Tem a padaria que

vende o pão.” **Ana Clara**: “Tem escola que ensina a cuidar da gente.”

Perguntadas sobre o que precisaria ter no bairro para melhorar a saúde, responderam: **João Victor**: “Precisa de médicos no postinho”; **Ana Clara**: “Quero uma UPA no meu bairro”; **João Victor**: “Ambulâncias para levar os doentes ao médico”.

Ao final, a facilitadora reforçou que saúde não é apenas não ficar doente, mas também cuidar do corpo, se alimentar bem, brincar, descansar e viver num lugar limpo e ter espaços seguros para brincar.

GRUPO PRETO - Alimentação

(Crianças: Erick, Sofia, Antony, Gabriel e Nycole)



As imagens foram apresentadas pela mediadora Alcilene da Costa, que questionou o que as crianças estavam vendo (era uma imagem de barracas de bananas). As crianças identificaram, dizendo: **Sofia**: É comida! **Erick**: É feira!

A imagem seguinte era de um galpão, escrito CONAB. **Antony** comentou: A fábrica!

Ao observarem uma imagem de barraca de frutas, as crianças falaram: **Sofia:** É a rua da feira! **Nikole:** Tem melancia! **Gabriel:** Tem batata doce; **Erick:** Macaxeira.

Em seguida, foram apresentadas fotos de crianças na creche, se alimentando de frutas e a mediadora perguntou: Que alimentos tem na sua creche? As crianças responderam: “macarrão, banana, cenoura, abacaxi e feijão”.

Na etapa seguinte, foi proposto às crianças que falassem o que gostariam que tivesse na alimentação da creche, responderam: “maçã; pizza; refrigerante, morango, laranja”.

Foi solicitado que as crianças desenhassem os alimentos que tinham na sua creche e depois, no verso da cartolina, os alimentos que gostariam que tivesse.

GRUPO BRANCO - Transporte

(Crianças: Maria Alice, Jamille, Heloísa, Maria Clara, Ellen Beatriz e Christian)



Durante a exibição das imagens dos diferentes meios de transporte, as crianças demonstraram ter conhecimento da função de cada um deles, e a facilitadora perguntou se elas enfrentavam alguma dificuldade para ir à escola. **Jamille** ao visualizar a imagem de uma embarcação disse: “isso serve para andar no mar” e disse que não

tem problemas para chegar até a escola. **Heloísa** disse: “Vou de carro pra escola, meu pai me leva”. **Maria Clara:** “Minha mãe não tem mais moto, nem carro, a gente vai andando”; **Heloísa:** “Minha mãe dirige sozinha. Eu tenho patinete com freio. A bicicleta leva a gente pra escola pra ficar inteligente”; **Heitor:** “Eu ando até a parada de ônibus e cansa”. Mostrando que, esse grupo de crianças, tem facilidade de acesso à escola e não usam transporte público.

GRUPO VERDE: Moradia

Crianças participantes do grupo:

- **Gael** – 5 anos – mora em apartamento
- **Alice** - 5 anos – mora em apartamento
- **Gael Barreto** - 5 anos – mora em casa
- **Heitor Gabriel**- 6 anos – mora em Ap
- **Rhavy Daniel** - 6 anos – mora em casa
- **Natanael** - 5 anos – mora em AP



A vivência iniciou com uma pergunta sobre onde moravam, falaram e desenharam suas moradias no cartaz. **Gael Barreto**, ao desenhar sua casa, comentou que faria uma janela bem bonita. Quando perguntado se gostava de onde morava, disse que preferia morar em casa, mas sabia que "nem todo mundo mora em uma casa, tem gente que mora na rua". **Alice** mostrou seu prédio e explicou: "Eu moro em um prédio bem alto". Também desenhou uma cabana e explicou que conhece pessoas que

moram em cabanas feitas de palha e folhas. Ao ver uma foto de uma casa alagada, **Rhavy** contou que sua rua já alagou e desenhou um muro alto para evitar que a água entrasse em casa. **Gael Dias**, ao observar uma foto de um apartamento, disse estar procurando o tio que mora em um prédio igual ao da imagem.

Na etapa seguinte, as crianças foram convidadas a desenhar o lugar onde gostariam de morar: **Alice** desenhou um castelo grande e disse: "Eu sou a princesa desse castelo"; **Natanael** também escolheu um castelo, apesar de não saber desenhar, e teve seu desejo representado pela facilitadora. **Gael Dias** sonhou com uma casa na árvore. **Heitor** desenhou uma casa na praia, com um barco, e disse: "Eu queria muito morar na praia porque é o melhor lugar para morar e queria um barco para passear". **Rhavy** fez uma mansão cercada por árvores, e desenhou uma cabana distante para o vizinho que mora longe, desejando que ele pudesse morar perto. **Gael Barreto** quis morar em um prédio grande.

Ao final da atividade, as crianças assinaram seus desenhos. **Alice** mostrou orgulho ao afirmar que já sabia escrever seu nome em letra cursiva.

A facilitadora concluiu explicando às crianças que passamos grande parte do nosso tempo em casa, e por isso é muito importante que toda criança tenha um lugar para viver onde possa se sentir segura, protegida e acolhida. Disse que a casa é o espaço do descanso, das brincadeiras, das refeições, dos cuidados e do carinho, e que é ali que aprendemos a conviver, a nos expressar e a crescer com tranquilidade. Reforçou que um lar deve ser um lugar de proteção, onde a criança possa se sentir amada, respeitada e livre para ser quem é, que é um direito de toda criança.

GRUPO LARANJA: Família

(Crianças: **Maria Lívia, Mariah, Adrian, João, Ravi e Pedro**)



Durante a conversa sobre o tema família, foram apresentadas imagens com diferentes tipos de famílias e as crianças expressaram suas percepções através de desenhos.

Maria Lívia iniciou dizendo que “família é pai, mãe e filho”; Já **Mariah** completou: “família é recheada de pessoas”. Ao observar uma imagem de uma família com traços orientais, **Maria Livia** comentou “essa família é coreana”. Ao ver a imagem de uma família formada por duas mulheres e uma criança, **Maria Livia** disse que “eram duas mães ou pode ser uma mãe e uma tia”.

Quando questionadas sobre o que pode ou não faltar em uma família, **Pedro** respondeu que “não pode faltar mãe”, e ao ser perguntado se o pai pode faltar, disse que “sim”. **Adrian** desenhou algo e ao ser questionado disse que era “um monstro” e quando perguntado sobre quem era o monstro ele disse que era o “tio Roma”.

As crianças foram convidadas a compartilhar o que gostariam de ter ou viver junto às suas famílias, expressando através de desenhos no lado oposto do cartaz.

Pedro comentou que “queria ter uma rua perto da sua família para passear e uma casa maior, mas o pai não tem dinheiro”. **Maria Livia** queria “ter um irmão menino, em casa só tem meninas”; **Livia** disse que “queria um gato e um cachorro”; **Mariah** comentou que “queria o pai pertinho dela pra dormir, porque ele trabalha à noite”. **Adrian** disse que “queria uma moto para andar com o pai”.

Importante observar que quando questionadas sobre desejos em relação às famílias, todas as crianças expressaram desejo de convivência.

GRUPO MARROM: Espaços para Brincar

(Crianças: Lucas, Gabriel, Joyce, Wesley, Lorenzo, Livia)



As crianças foram convidadas a desenhar o que existe na cidade e o que gostariam que existisse. A educadora Luciana perguntou: O que tem na cidade onde vocês moram? **Joyce**, respondeu: “moro na cidade do Bairro dos Ipês, lá tem uma praça destruída, a pracinha, acho que vão fazer um parque lá, tem um monte de pessoas.” **Wesley**: “Na cidade tem escola de samba.” **Lucas**: “vejo praça e espaço cultural, pra ver os peixinhos.”

Ao serem questionadas sobre o que mais gostam de fazer, **Joyce** respondeu: “Gosto de fazer bolhas de sabão e brincar na água com os amiguinhos.”

A facilitadora apresentou a imagem de um terreno com grama e árvores e perguntou: O que está faltando? **Joyce** respondeu: “faltando flores que enfeitam os lugares”, desenhou flores na imagem e compartilhou uma referência artística, disse: “tem um homem, Claude Monet que desenha tudo com flores e natureza”. Ao desenhar, também falou dos aspectos do ciclo natural: “As abelhas e borboletas tiram o mel das flores.”

Livia, ao observar o desenho de **Joyce**, completou: “na imagem falta borboleta.” A facilitadora então a convidou a desenhar as borboletas. **Lorenzo** também observou a imagem e disse: “tá faltando pessoas para cuidar das plantas”. Ele desenhou uma figura humana e um lago.

As crianças foram convidadas a representar o que gostariam que existisse na cidade.

Livia disse: “vou fazer a praia porque gosto do mar”; **Joyce** continuou expressando sua sensibilidade e desenhou flores; **Lorenzo** fez o personagem Pernalonga e um lago, com a ideia que une diversão, imaginação e natureza; **Wesley** desenhou personagens de desenhos infantis, mostrando como o universo da televisão e das mídias também compõem seu repertório lúdico e influencia seu olhar sobre o que é divertido e interessante na cidade. **Lucas** rabiscou e não definiu seu desenho.

Em outro momento, a facilitadora apresentou ao grupo uma nova imagem, retratando um terreno baldio, com destroços, materiais velhos e lixo acumulado. O objetivo era estimular a reflexão das crianças sobre os espaços urbanos que não oferecem condições adequadas para o brincar. Ao exibir a imagem, a facilitadora perguntou: Esse espaço está bom para brincar? (a imagem gerou reações imediatas nas crianças) **Joyce** respondeu: “Não tá boa para brincar. Estão

construindo. Acrescentou ao desenho uma bola e disse: “dá para brincar de jogar bola.” A facilitadora perguntou: E o que vocês gostariam que tivesse nesse espaço? **Joyce** respondeu: “Gostaria que tivesse um parque na praia para soltar pipa, um espaço aberto e um parque grandão.”

A facilitadora perguntou: E Como seria uma cidade sem fios? **Livia** respondeu: “Não dava pra falar com as pessoas que moram longe”; **Joyce** complementou: “não dava por causa da internet.”

Foi possível perceber que as crianças demonstram o desejo por espaços abertos, seguros e em contato com a natureza, que favorecem a liberdade e o brincar ao ar livre. Elas reconhecem espaços urbanos degradados, terrenos baldios e expressam vontade de transformá-los em locais bonitos, cuidados e apropriados para o brincar.

Mesmo diante da precariedade, as crianças mantêm a capacidade de imaginar possibilidades de uso e reencantamento dos espaços, articulam o desejo por espaços livres, ao passo que têm consciência de que elementos como internet e comunicação são essenciais.



“A cidade deve ser pensada a partir do ponto de vista das crianças. Uma cidade boa para as crianças é uma cidade boa para todos.” *Francesco Tonucci*



A consulta pública realizada com crianças da Educação Infantil foi um importante exercício de valorização do protagonismo infantil, reafirmando o compromisso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com a construção de uma educação participativa, inclusiva e humanizada.

As contribuições apresentadas pelas crianças exaltaram a relevância das brincadeiras, das interações e do cuidado no cotidiano escolar. O protagonismo infantil constitui um princípio fundamental para a garantia de direitos, ao reconhecer crianças como sujeitos ativos, capazes de expressar percepções, desejos e sonhos sobre o mundo que os cerca, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, são dadas condições de desenvolver autoestima, autonomia e senso de pertencimento.

Nesse sentido, cabe ao poder público, em articulação com o SGD, o compromisso de ofertar condições dignas para o desenvolvimento integral das crianças, assegurando acesso a políticas públicas de qualidade nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer. Garantir ambientes seguros, oportunidades de aprendizagem, cuidado e proteção é essencial para que os sonhos estimulados na infância possam se transformar em trajetórias de vida mais justas.

5. AÇÕES FINALÍSTICAS

Em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional da Primeira Infância, que orienta a organização das ações finalísticas a serem desenvolvidas nos territórios, o presente Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) passa, a partir deste ponto, a apresentar as ações estratégicas voltadas à garantia dos direitos relacionados à primeira infância em João Pessoa. As ações estão organizadas a partir de dois eixos principais, alinhados ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD), para assegurar a articulação intersetorial, a proteção integral e a promoção do desenvolvimento pleno das crianças. Essa estrutura busca fortalecer a coerência entre diagnóstico, objetivos e estratégias, orientando a atuação do poder público na implementação de políticas públicas integradas e contínuas.

EIXO 1: PROTEÇÃO SOCIAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: tem como foco a garantia dos direitos sociais básicos das crianças e de suas famílias, reconhecendo a proteção social como fundamento essencial para o desenvolvimento integral na primeira infância. Este eixo **abrange as POLÍTICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**, compreendendo que o acesso a serviços de qualidade, o cuidado contínuo e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais são indispensáveis para a promoção do bem-estar, da proteção e da equidade. Ao integrar essas dimensões, o eixo orienta ações intersetoriais voltadas à redução de vulnerabilidades, à prevenção de violações de direitos e à construção de condições dignas de vida para as crianças.

Eixo 2: PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA: reconhece a diversidade das infâncias e a centralidade das dimensões culturais, territoriais e ambientais no desenvolvimento infantil. Este eixo **ênfatiza a importância da CULTURA, DO ESPAÇO URBANO E DO MEIO AMBIENTE** como elementos constitutivos das experiências infantis, compreendendo a cidade e os territórios como espaços de proteção, convivência, aprendizagem e pertencimento. Ao mesmo tempo, articula-se de forma transversal ao **ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS**.

Diante do exposto, a seguir são apresentadas as ações, os objetivos e as metas definidas para cada eixo e para as políticas públicas a eles vinculadas, orientando a implementação e o monitoramento das estratégias voltadas à garantia dos direitos das crianças em primeira infância na cidade de João Pessoa.

5.1 DIREITO À SAÚDE



O Direito à saúde das crianças na Primeira Infância (0 a 6 anos completos) constitui uma prioridade absoluta, conforme estabelecido pela Constituição Federal (CF) e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em nível de política pública, este Plano Municipal se fundamenta na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), instituída pela Portaria nº 1.130/2015, e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que orienta a atenção intersetorial e integral.

O foco deste Eixo é garantir o pleno desenvolvimento infantil através da organização de uma Rede de Atenção à Saúde eficiente, humanizada e equânime, com ênfase na Atenção Primária. Nosso compromisso é articular os sete eixos estratégicos da PNAISC, desde a atenção qualificada à gestação, ao nascimento e a prevenção da gravidez na adolescência, até a vigilância do óbito infantil, assegurando a integralidade do cuidado, a promoção do aleitamento materno e a prevenção de agravos. As ações serão propostas considerando as especificidades do município e os princípios de universalidade e integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), visando a proteção do direito à vida e à saúde de todas as crianças.

DIRETRIZ: Atenção Integral à Saúde na Primeira Infância, com foco no ciclo gestacional, parto, nascimento, crescimento e desenvolvimento.			
OBJETIVO: Promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos por meio da oferta de ações de promoção, prevenção e reabilitação, focadas na proteção e no estímulo ao desenvolvimento pleno e saudável .			
META: Reduzir a taxa de mortalidade infantil em 0,3 % ao ano, no prazo de 10 anos no município de João Pessoa em comparação com a taxa de 11,6 % no ano base 2024			
EIXO 1: Atenção Integral à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico-Puerperal e prevenção a gravidez na adolescência			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Fortalecer a Atenção à Gestante (Pré-Natal)	1.1 Estruturação da captação precoce de gestantes e a busca ativa de faltosas (ACS); 1.2 Garantia do cumprimento de 7 ou + consultas e o rastreio padronizado de risco (Estratificação de Risco Gestacional) e de ISTs (Sífilis/HIV); 1.3 Permitir a presença de doulas durante todo ciclo gravídico puerperal, acompanhamento de consultas e exames do pré natal, trabalho de parto e pós parto (Lei 13.080 de 27/10/2015).	Curto médio e longo prazo	SMS
2.Consolidar o cuidado às mulheres negra	2.1 Capacitação profissionais da saúde sobre racismo institucional e cuidados específicos para mulheres e adolescentes negras; 2.2 Garantir acesso acolhedor e confidencial a métodos contraceptivos para adolescentes negras; 2.3. Monitorar indicadores de raça na gravidez na adolescência e desfechos materno-infantis; 2.4 Fortalecimento dos Programas relacionados à saúde da criança, mulher e gestante, através da implementação da Rede Alyne, com atenção especial às desigualdades raciais e dos territórios.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS; SEDEC; SEDES SEDHUC
3. Prevenir a Gravidez na Adolescência	3.1 Implementação a articulação permanente entre Saúde, Educação e Assistência Social para o acesso às informações de prevenção a gravidez na adolescência; 3.2 Garantia do acesso aos contraceptivos e autonomia dos adolescentes de acordo com a regulamentação: ECA e Lei do Planejamento Familiar - (Lei nº 9.263/1996), Portaria MS nº 1.820/2009 de Atenção à Saúde de Adolescentes e Cadernos de Saúde Sexual e Reprodutiva; 3.3 Mobilização da Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar e Justiça para lançar campanhas de enfrentamento as violências, com foco prioritário na violência sexual; 3.4 Orientação sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas com participação ativa de estudantes e famílias; 3.5 Capacitação de profissionais da saúde e educação para detectar sinais de abuso e oferecer atendimento humanizado.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	Departamento materno Infantil; Saúde da População Negra SMS; SEDEC; SEDES; SEDHUC MP; ONGs e Instituições de Ensino Superior

4. Estimular a Paternidade responsável	<p>4.1 Capacitação das equipes da Atenção Básica para acolher, incluir e engajar ativamente pais e parceiros no ciclo gravídico-puerperal e na puericultura, promovendo campanhas e práticas que reforcem o papel da figura paterna no cuidado, na proteção e no desenvolvimento da criança.</p> <p>4.2 Implementação de grupos reflexivos, rodas de conversa e oficinas voltadas à paternidade responsável, abordando temas como cuidado, desenvolvimento infantil, corresponsabilidade no trabalho doméstico, prevenção da violência, educação não violenta e fortalecimento dos vínculos afetivos.</p>	Curto, médio e longo prazo	SMS; e Instituições de Ensino Superior
EIXO 2: Atenção Integral à Saúde do Recém-Nascido			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Qualificar a Atenção ao Parto Humanizado	<p>1.1 Assegurar o cumprimento integral da Lei nº 11.108/2005 (direito ao acompanhante);</p> <p>1.2 Cumprir as diretrizes de atenção humanizada ao parto e nascimento (Boas Práticas de Atenção ao Parto);</p> <p>1.3 Garantir que todas as famílias tenham acesso igualitário aos serviços de saúde neonatal, especialmente populações historicamente vulnerabilizadas (negras, indígenas, quilombolas, ciganas, entre outras);</p> <p>1.4.Reconhecer riscos específicos que afetam algumas populações, como maior prevalência de doenças genéticas em certos grupos étnicos (ex: anemia falciforme em populações negras).</p>	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS; Maternidades
2. Triar neonatais e tratamento precoce dos casos detectados	<p>2.1 Assegurar a oferta das triagens neonatais universais (triagem biológica, auditiva, ocular e cardiopatias);</p> <p>2.2 Estruturação do fluxo de referência e contrarreferência para o tratamento dos casos</p>	Curto prazo	SES; SMS
3. Reforçar o cuidado especializado infantil	<p>3.1 Fortalecer o Método Canguru (três etapas, incluindo o acompanhamento na Atenção Básica)</p> <p>3.2 Implantar o fornecimento protocolar de órteses e próteses não relacionadas ao ato cirúrgico para crianças com deficiência (Portaria GM/MS nº 793/2012).</p>	Curto prazo	SMS; Maternidades SMS
4. Melhorar a Gestão de Recursos Humanos e Expansão Hospitalar	<p>4.1 Garantir a equipe mínima especializada presencial 24h nas maternidades de alto risco (neonatologista, obstetra, anestesista), conforme critérios normativos do Ministério da Saúde;</p> <p>4.2 Planejar e implementar ações de qualificação, provimento e valorização dos profissionais de saúde, associadas à ampliação e adequação da capacidade instalada da rede hospitalar, especialmente nos serviços voltados à atenção materno-infantil, de modo a assegurar atendimento oportuno, humanizado e resolutivo às demandas da primeira infância.</p>	Curto, médio, longo prazo	SMS; Maternidades SES

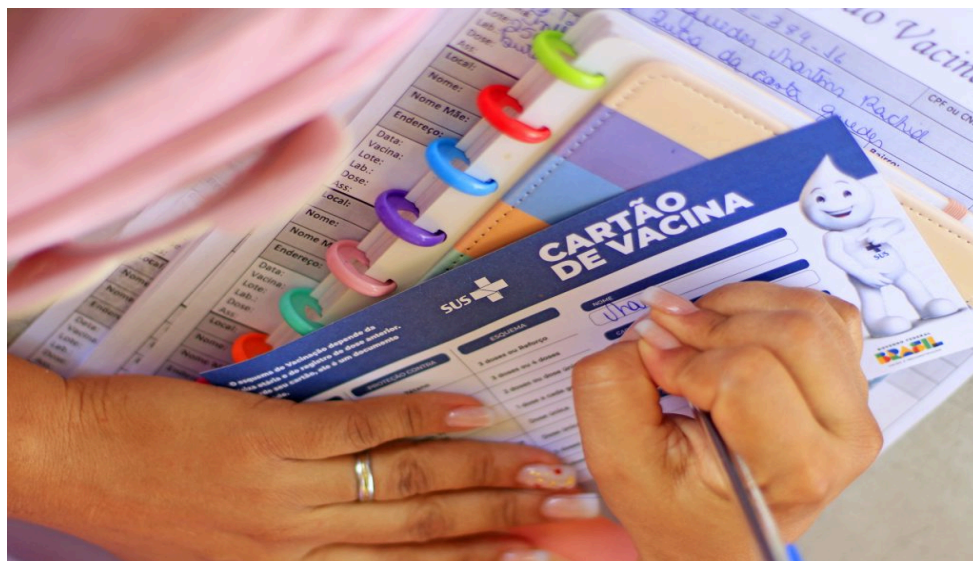
EIXO 3: Promoção e Vigilância do Crescimento e Desenvolvimento Integral			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Qualificar e ampliar a cobertura da puericultura	1.1 Estruturação e qualificação do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil (puericultura) na Atenção Básica, garantindo o calendário mínimo de consultas recomendado pelo Ministério da Saúde; 1.2. Realização de visitas domiciliares por ACS no primeiro semestre de vida.	Curto, médio, longo prazo	SMS
2. Reforçar a Caderneta da Criança como instrumento de vigilância e ferramenta de orientação	1.1 Garantir a distribuição sistemática e a atualização da Caderneta da Criança em todos os pontos de atenção, incentivando seu uso como ferramenta de empoderamento da família, e em parceria com outras Secretarias. 1.2 Instituição de estratégias de acompanhamento e monitoramento que assegurem o preenchimento adequado, a atualização periódica e o uso ativo da Caderneta da Criança..	Curto, médio, longo prazo	SMS; SEDEC; SEDHUC; SEDES
EIXO 4: Atenção Integral à Saúde da Criança com Agravos Prevalentes na Infância			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Intensificar a gestão e cobertura vacinal	1.1 Garantir a administração das vacinas preconizadas pelo MS, integrando-as à rotina de puericultura; 1.2 Utilização de ferramentas de gestão para identificar e buscar ativamente faltosos (ACS, escolas/creches, visitas domiciliares); 1.3 Realização de campanhas de conscientização e vacinação (Dia D, mídias).	Curto, médio, longo prazo	- Atenção Básica SEDEC; - SEDHUC; SEDES SMS; SECOM
2. Promover a vigilância nutricional e o controle epidemiológico	2.1 Fortalecimento da vigilância nutricional por meio do SISVAN, com monitoramento padronizado de peso/altura e consumo alimentar;	Curto, médio, longo prazo	SMS
	2.2 Garantir o acompanhamento sistemático do estado nutricional de gestantes, puérperas e crianças de 0 a 6 anos, por meio da coleta, registro e análise periódica de dados antropométricos, utilizando sistemas oficiais de informação, de modo a identificar precocemente desnutrição, sobrepeso e obesidade infantil;	Curto prazo	SMS
	2.3 Instituição da avaliação periódica dos relatórios extraídos dos sistemas de informação em saúde, utilizando os dados para o monitoramento epidemiológico, identificação de riscos e definição de planos de ação preventivos e corretivos.	Curto prazo	SMS

3. Sensibilizar sobre hábitos saudáveis e prevenção de doenças relacionadas a alimentação e nutrição	<p>3.1 Realização de campanhas em escolas e comunidades - Programa Saúde na Escola (PSE) para promover escolhas alimentares saudáveis e incentivar a atividade física (menos tempo de tela) e ofertar rotineiramente ações de prevenção e tratamento da cárie dentária;</p> <p>3.2 Promoção de atividades educativas com as famílias sobre escolhas alimentares saudáveis, adequadas às suas realidades econômicas, e sobre o aproveitamento integral dos alimentos.</p>	Curto prazo	SMS; SEDEC
EIXO 5: Amamentação e Alimentação Complementar Saudável			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Incentivar, proteger e apoiar a amamentação	<p>1.1 Orientações sobre amamentação no pré-natal e puericultura;</p> <p>1.2 Fortalecimento das diretrizes do Hospital Amigo da Criança (IHAC);</p> <p>1.3 Expansão da capacidade de coleta de leite humano na Atenção Básica (UBS como pontos de apoio).</p>	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS; Maternidades Banco de Leite Humano Zilda Arns; SES.
2. Orientar a introdução alimentar (IA)	<p>2.1 Garantir o aconselhamento contínuo sobre a manutenção da amamentação e a correta introdução de alimentos de acordo com as orientações do Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos (BRASIL, 2020);</p> <p>2.2 Aproveitar as consultas de puericultura para a orientação, antes dos 6 meses de vida do bebê;</p> <p>2.3 Reforçar com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) orientações de IA nas visitas domiciliares, para identificação precoce de práticas inadequadas;</p> <p>2.4 Acompanhamento dos indicadores de consumo alimentar no município (uso precoce de açúcar, refrigerantes ou sal) e as taxas de aleitamento materno exclusivo e continuado para avaliar o impacto das ações de orientação e ajustar as estratégias.</p>	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS
3. Prevenir e controlar a obesidade infantil e vigilância do risco nutricional	<p>3.1 Promoção de alinhamento das ações de nutrição com o Plano municipal de Segurança Nutricional e as diretrizes da PNAN (Política Nacional de Alimentação e Nutrição), intensificando a vigilância alimentar e nutricional (SISVAN) para crianças com sobrepeso/obesidade, incentivando a prática de atividade física e a redução do comportamento sedentário na infância.</p>	Curto, médio, longo prazo	SMS; SEDEC

EIXO 6: Atenção Integral à Saúde de Crianças com deficiência ou em Situações de Vulnerabilidade			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Rastrear as crianças com condições crônicas e transtornos do desenvolvimento para intervir precocemente	1.1 Capacitação da Atenção Básica e as Equipes eMulti no uso de ferramentas validadas (M-CHAT-R) para o rastreio de risco de Transtorno do Espectro do Autismo e outros transtornos do desenvolvimento, além de (TOD/TDAH), garantindo a vigilância do desenvolvimento na puericultura.	Curto, médio, longo prazo	SMS
2. Expandir o acesso a serviços especializados	2.1 Implantação e ampliação de serviços especializados (TEA, TOD, TDAH e vítimas de violência) com maior acesso a especialistas (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais).	Curto Prazo	SMS; SES
3. Ampliar centros de atendimentos especializados em saúde mental	3.1 Construção de 1 CAPS Infantil; 3.2 Criação de 1 Centro de Convivência em Saúde Mental.	Médio prazo	SMS
		Médio prazo	SMS
4. Garantir a atenção integral a crianças com condições crônicas complexas de saúde	4.1 Integração dos níveis de atenção à saúde; 4.2 Articulação do fluxo de referência para o manejo de comorbidades; 4.3 Estruturação de equipes multiprofissionais; 4.4 Construção de um Plano de Cuidado; 4.5 Apoio e capacitação das famílias no processo de cuidado.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SES SMS
5. Ampliar a Atenção integral à crianças com agravos na saúde mental	5.1 Garantir o acesso a serviços de apoio psicológico e psiquiátrico de acordo com os protocolos instituídos pela SMS; 5.2 Garantir acesso ao CAPS Infantil para crianças de acordo com o perfil do serviço; 5.3 Inclusão de ações de promoção à saúde através de PSE; 5.4 Qualificação e estruturação do atendimento a crise e urgência em serviço de referência; 5.5 Capacitação das equipes de Saúde da Família para a identificação e manejo dos casos leves e moderados de transtorno mental.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS SMS e Instituições de Ensino Superiores
6. Intensificar ações	6.1 Garantir de atendimento equitativo a populações específicas, como a etnia Warao, quilombolas, negros e pardos;		

contra o racismo institucional e estrutural.	6.2 Implementação de formação, sensibilização e monitoramento nos serviços de saúde, educação e assistência social, com foco na identificação, prevenção e enfrentamento do racismo institucional e estrutural.	Curto, médio, longo prazo	SMS; SEDEC; SEDES; SEDHUC
7. Realizar ações de prevenção a acidentes	7.1 Ofertar aos profissionais de saúde e da Educação curso de Primeiros Socorros (Engasgo e sufocamento, queimaduras, quedas e traumatismos, etc) para prestar socorro imediato e adequado em situações de emergência; 7.2 Disseminação de informações sobre segurança infantil e riscos domésticos/urbanos para pais, responsáveis e a comunidade em geral; 7.3 Capacitar as crianças, de forma adequada à sua idade, a reconhecerem e evitarem situações de risco.	Curto, médio, longo prazo	SMS; SAMU; Bombeiros SMS; SEDEC; SSP SMS; SEDUC; SAMU; Bombeiros
8. Fortalecer as ações para a Erradicação do Trabalho Infantil.	8.1 Capacitação das equipes da atenção primária para identificar sinais de trabalho infantil; 8.2 Incentivar o uso dos canais de denúncia (Disque 100 e o Sistema Ipê do MTE), garantindo o sigilo e o fluxo de atendimento imediato; 8.3 Notificar no SINAN (Ficha Epidemiológica) todo caso de trabalho infantil e encaminhar para os órgãos de proteção (Conselho Tutelar e Assistência Social); 8.5 Fortalecer a articulação entre os órgãos do SGD, garantindo que as ações sejam coordenadas e os fluxos de atendimento eficientes; 8.6 Integrar a busca ativa das equipes da ESF com a secretaria de educação para identificar famílias em alta vulnerabilidade e crianças/adolescentes que não estejam frequentando a escola ou que apresentem sinais de trabalho precoce.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS
9. Intensificar ações de cuidado e proteção a crianças em situação de rua	9.1 Realização da busca ativa e a abordagem das crianças e famílias nas ruas por equipes capacitadas, com foco na escuta ativa, empatia, diálogo e criação de vínculo de confiança, e não na repressão ou remoção forçada; 9.2 Desenvolvimento de planos personalizados para cada criança, envolvendo as dimensões de saúde, educação e documentação civil.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS; SEDUC; SEDES; SEDHUC SEMHAB; MPT
10. Promover a atenção às gestantes e crianças nascidas de mulheres privadas de	10.1 Garantia do cumprimento da Lei nº 14.326/2022 que mulheres presas grávidas ou em resguardo (puérperas) recebam tratamento humanitário, incluindo assistência integral à saúde da mãe e do recém-nascido, tanto no período de gestação quanto após o parto; 10.2 Garantir a assistência à criança encaminhada pela eAPP (Equipe de Atenção Primária Prisional) para a rede de saúde municipal, quando necessário (exames e procedimentos	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SES; SSP SES; SMS; SSP

liberdades	específicos); 10.3 Vacinação em gestantes, puérperas e crianças conforme calendário do Ministério da Saúde.		SES; SMS
EIXO 7: Fortalecimento da Gestão e Vigilância em Saúde			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Qualificar a força de trabalho e os Sistemas	1.1 Realização de Educação Permanente sobre os Protocolos Clínicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC); 1.2 Garantir que os sistemas de informação (SIM/SINASC) sejam alimentados com qualidade (DNV) e em tempo oportuno.	Curto médio e longo prazo para todas as estratégias	SMS
2. Articular e planejar intersetorialmente	2.1 Integração das Políticas Sociais, visando a articulação intersetorial (Comitê da Primeira Infância, PBF, PSE, PETI, etc) para garantir a equidade no acesso aos serviços.	Curto, médio e longo prazo	SMS; SEDHUC; SEDEC; SEDES



5.2 ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL



A **educação das crianças na Primeira Infância (0 a 6 anos completos)** constitui-se como direito fundamental e prioridade absoluta, assegurado pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/1996). No âmbito das políticas públicas, este Plano Municipal fundamenta-se também no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e nas metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Municipal de Educação (PME), reafirmando o dever do Estado de garantir acesso, permanência e qualidade na educação infantil.

O foco deste eixo é assegurar ações para o desenvolvimento integral das crianças por meio da oferta da Educação Infantil pública (creches e pré-escolas), inclusiva, equitativa e de qualidade, integrando as dimensões do cuidar e educar, respeitando as especificidades da infância, a valorização do brincar, as interações e as múltiplas linguagens. As ações previstas consideram as características do território, as desigualdades sociais e raciais existentes e os princípios da gestão democrática, de modo a assegurar o direito à educação como base para a cidadania e para o pleno desenvolvimento das crianças na primeira infância.

DIRETRIZ: Fortalecimento da política municipal de acesso, permanência e equidade na Educação Infantil.

OBJETIVO: Universalizar as matrículas na pré-escola (crianças de 04 e 05 anos) – e ampliar a oferta de vagas na creche – crianças de 0 a 03 anos de forma a atender 60% da população nessa faixa etária.

META: Expandir a rede física da Educação Infantil com vistas à ampliação da oferta de vagas.

AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Ampliar a oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos de modo a atingir, até o final do plano, 60% das crianças dessa faixa etária	1.1 Levantamento de dados para identificar a demanda por vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos; 1.2 Construção de creches e pré-escolas seguindo os padrões de qualidade para a educação infantil, em regime de colaboração; 1.3 Oferta de vagas para os bebês, garantindo apoio às mães, sobretudo as mais vulneráveis e sem rede de apoio.	A cada 6 meses 1 ano 6 meses	SEDEC (Secretaria de Educação e Cultura) SEDEC
2. Priorizar crianças em situação de vulnerabilidade	2.1 Estabelecer critérios transparentes de priorização para acesso às vagas e aos serviços, associados ao acompanhamento sistemático das famílias, garantindo atendimento preferencial a crianças em contextos de pobreza, violência, deficiência, insegurança alimentar e outras vulnerabilidades.	Durante a vigência do Plano	SEDEC
3. Garantir a universalização da oferta de pré-escola para crianças de 04 e 05 anos.	3.1 Realização de levantamento da demanda manifesta por pré-escolas, como forma de orientar e monitorar a oferta e o atendimento; 3.2 Realização da busca ativa de crianças de 04 e 05 anos para a efetivação da matrícula em unidades de educação infantil; 3.3 Construção de novas unidades de educação infantil e ampliação de salas nas unidades existentes, garantindo acessibilidade física e parâmetros de qualidade (tamanho, ventilação, segurança).	A cada 6 meses	SEDEC SEDHUC/CONSELH O TUTELAR SEDHUC/ SEDES
4. Garantir que 100% dos CMEIs estejam alocados em imóveis próprios.	4.1 Assegurar que as unidades sejam de atendimento único para a faixa etária de 06 meses a 05 anos e 11 meses. 4.2 Construir e substituir prédios locados para novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs)	Durante a vigência do Plano	SEDEC /SINF

5. Mapear as crianças fora das instituições de Educação Infantil	5.1 Criação de um programa de monitoramento intersetorial para identificar crianças fora das unidades de Educação infantil.	6 meses	SEDHUC/SEDEC/ SMS/SEDES
DIRETRIZ: Garantia de ambientes, materiais, instalações e equipamentos adequados, seguros, acessíveis e pedagógicos.			
OBJETIVO: Assegurar que as unidades de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, atendam aos padrões mínimos de infraestrutura e aos parâmetros de qualidade, considerando os materiais, espaços, instalações, insumos e equipamentos adequados para o desenvolvimento infantil.			
META: Garantir que as unidades de educação infantil que venham a ser construídas atendam aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Ampliar e fazer manutenção das unidades de educação infantil existentes, atendendo aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC.	1.1 Realização de diagnóstico periódico das condições físicas, sanitárias, de segurança e acessibilidade das unidades de Educação Infantil, com base nos parâmetros do MEC, subsidiando o planejamento das intervenções; 1.2 Articular recursos municipais, estaduais e federais, incluindo programas do FNDE, para viabilizar a construção, ampliação e requalificação das unidades de Educação Infantil.	Curto, médio e longo prazo	SEDEC
2. Comprar materiais pedagógicos adequados às faixas etárias, em consonância com a proposta pedagógica de cada unidade.	2.1 Formulação de parâmetros para aquisição de mobiliário e recursos didáticos e pedagógicos para a primeira infância, que considere: a) adequação às faixas etárias, especificidades e deficiências; b) consonância com a proposta pedagógica de cada unidade de educação infantil; c) respeito à diversidade étnico-cultural das crianças, inclusive na aquisição de livros, brinquedos e jogos, com representações étnicas racial, de gênero e de religiões. d) os parâmetros nacionais de qualidade e com as normas técnicas de segurança; e) espaços pedagógicos que propiciem o livre brincar.	Curto, médio e longo prazo	SEDEC
3. Assegurar que 100% das unidades de educação infantil sejam climatizadas.	3.1 Adequação da rede elétrica e aquisição de climatizadores para as unidades de ensino que ofertam a educação na primeira infância, como forma de garantir melhores condições de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.	Curto Prazo - Até 2 anos	SEDEC e Secretaria de Planejamento.
4. Garantir o brincar nas unidades de Educação	4.1 Assegurar que as novas construções de CMEIs tenham espaços para prática de brincadeiras livres;	Curto Prazo - Até 2 anos	SEDEC e Secretaria de Planejamento.

Infantil	4.2 Reforçar que as unidades públicas e privadas existentes, disponham de espaço verde e livre para práticas de brincadeiras.		
DIRETRIZ: Propostas Pedagógicas e Curriculares			
OBJETIVO: Implementar a proposta curricular do município e as propostas pedagógicas das unidades da Educação Infantil.			
META: Garantir o cumprimento da proposta curricular do município, em articulação com as DCNEI (2009), a BNCC (2018) e a Proposta Curricular do Estado da Paraíba.			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Orientar o município para implementar proposta curricular para a educação infantil, considerando: os eixos interações e brincadeiras, as especificidades das crianças indígenas, quilombolas, ciganas e ribeirinhas.	1.1 Construção e revisão participativa da proposta curricular da Educação Infantil, envolvendo educadores, gestores, comunidades tradicionais, universidades e conselhos, garantindo o respeito à diversidade cultural e territorial; 1.2 Acompanhamento pedagógico às unidades de Educação Infantil, por meio de assessorias, visitas técnicas e espaços formativos, visando à implementação qualificada da proposta curricular; 1.3 Implementação de programas permanentes de formação continuada para professores e equipes pedagógicas, com foco nos eixos interações e brincadeiras, na BNCC e nas especificidades das crianças indígenas, quilombolas, ciganas e ribeirinhas.	Curto (1 ano), médio e longo prazo	SEDEC
2. Garantir que na implementação do currículo seja considerada a criança e suas especificidade.	2.1 Realização de seminários sobre a elaboração de propostas curriculares; 2.2 Desenvolver, adaptar e distribuir materiais pedagógicos e orientadores que contemplem práticas lúdicas, interculturais e contextualizadas às realidades locais; 2.3 Implementar a proposta considerando as especificidades de cada criança, de acordo com a resolução nº1 do CNE/CEB ³⁶ .	Durante a vigência do Plano	SEDEC
3. Reformular e fomentar Projetos Pedagógicos nas unidades de educação	3.1 Promoção de processos sistemáticos e participativos de revisão e elaboração dos Projetos Pedagógicos, envolvendo gestores/as, professores/as, demais profissionais, famílias e comunidade, assegurando alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais	Durante a vigência do Plano	SEDEC

³⁶ **Resolução CNE/CEB N° 1**, de 17 de outubro de 2024 - Art. 10. Para atender à diversidade das infâncias e às identidades e singularidades das crianças, a oferta educacional deve alinhar-se com os ordenamentos legais e normativos da educação especial, da educação bilíngue, de surdos, da educação para as relações étnico-raciais, educação quilombola, educação escolar indígena e educação do campo, das águas e das florestas, para a execução de ações integradas que considerem as especificidades educacionais.

infantil de forma democrática, coletiva e participativa, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	para a Educação Infantil; 3.2 Formação continuada e assessoria técnico-pedagógica às equipes das unidades, visando fortalecer a elaboração, implementação e monitoramento dos Projetos Pedagógicos de forma coletiva, reflexiva e contextualizada.		SEDEC
4. Avaliar a qualidade da Educação Infantil na rede pública e privada.	4.1 Estabelecer parâmetros e indicadores municipais de qualidade da Educação Infantil, alinhados aos referenciais do MEC, da BNCC e aos Parâmetros Nacionais de Qualidade, considerando infraestrutura, práticas pedagógicas, formação dos profissionais e proteção integral; 4.2 Instituição de processos periódicos de avaliação institucional nas unidades públicas e privadas, por meio de instrumentos padronizados, visitas técnicas e autoavaliação participativa; 4.3 Capacitação de gestores e equipes pedagógicas para análise e utilização dos resultados das avaliações no planejamento de melhorias pedagógicas e institucionais.	Curto, médio e longo prazo (a cada 2 anos)	SEDEC
META: Assegurar a implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no currículo da Educação Infantil.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Implementar a educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil, em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.³⁷	1.1 Formação continuada para professores, gestores e equipes pedagógicas sobre educação para as relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena, com foco em práticas pedagógicas na Educação Infantil; 1.2 Inserção, de forma transversal e permanente, da educação para as relações étnico-raciais nos Projetos Pedagógicos, planejamentos e rotinas das unidades de Educação Infantil, contemplando atividades, brincadeiras, projetos e vivências culturais;	Curto Prazo	SEDEC

³⁷ **Lei nº 10.639/2003** - Altera a LDB (Lei nº 9.394/1996) e torna obrigatório o ensino da: História e Cultura Afro-Brasileira; Contribuições dos povos negros na formação do Brasil; valorização da identidade negra. Ela visa combater o racismo e promover a igualdade racial por meio da educação.

Lei nº 11.645/2008 - Amplia a Lei 10.639/03 e torna também obrigatório o ensino da: História e Cultura dos Povos Indígenas; os saberes, tradições e contribuições indígenas. Inclui oficialmente os povos indígenas no currículo.

Na Educação Infantil, essas leis não significam “dar aula de história”, mas trabalhar identidade e pertencimento, valorizar diversidade, combater preconceitos desde cedo, usar materiais representativos e promover brincadeiras, histórias e referências diversas

	1.3 Aquisição, produção e disponibilização de materiais pedagógicos, literários e lúdicos que valorizem a diversidade étnico-racial, com representatividade negra e indígena, para uso nas unidades de Educação Infantil.	Curto Prazo	SEDEC
DIRETRIZ: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO			
OBJETIVO: Garantir e ampliar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Infantil.			
META: Realizar o levantamento das crianças de 0 a 6 anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na Educação Infantil.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Identificar as crianças com deficiência matriculadas na educação infantil.	1.1 Elaboração de instrumento para coleta e análise de dados e avaliação do AEE; 1.2 Desenvolvimento de ações para o acesso, permanência e qualidade desse atendimento.	Curto	SEDEC
META: Garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as crianças matriculadas na Educação Infantil.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Ampliar o atendimento Educação Inclusiva voltados para crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e crianças em tratamento de saúde.	1.1 Ampliação das salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE nos CMEIs e escolas que atendem a pré-escola e ao 1º ano do ensino fundamental, equipadas com estrutura e recursos para mobilidade, localização, sinalização, mobiliário que atenda às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento;	Curto , médio e longo prazo	SEDEC
	1.2 Fortalecimento e ampliação da rede municipal de apoio à educação inclusiva, por meio da oferta de atendimento educacional especializado, equipes multiprofissionais e articulação com os serviços de saúde e assistência.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC
2. Atender crianças internadas em unidades de atenção à saúde.	2.1 Formação de equipe voltada para o assessoramento das unidades CMEIs, escolas que atendem pré-escola e 1º ano do ensino fundamental nas propostas pedagógicas de atendimento às crianças em internação.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC

DIRETRIZ: IDENTIDADE E FORMAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
OBJETIVO: Promover a formação inicial e continuada, garantindo o aprimoramento dos conhecimentos para a melhoria da qualidade da atuação profissional.			
META: Criação de programas de formação inicial e continuada com vistas a garantir a melhoria da oferta da educação infantil			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Criar um programa de formação continuada com foco na docência e no trabalho pedagógico específico para a educação infantil.	1.1 Implementação um programa permanente de formação continuada, articulado às diretrizes nacionais e às necessidades da rede municipal de Educação Infantil; 1.2 Parcerias com universidades e instituições formadoras e promover acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas, fortalecendo a aplicação dos conhecimentos adquiridos.	Curto médio e longo prazo	SEDEC
2. Promover formação continuada para o trabalho com as crianças da educação especial.	2.1 Prioridade a formação sobre educação inclusiva, abordando práticas pedagógicas, adaptações curriculares e atendimento às necessidades específicas das crianças público-alvo da educação especial; 2.2 Formações com as áreas da saúde e da assistência social para dar suporte técnico contínuo às unidades, fortalecendo o atendimento integrado às crianças.	Curto médio e longo prazo	SEDEC
3. Desenvolver formação continuada com foco no desenvolvimento da criança.	3.1 Estimular a participação de outros/as profissionais que atuam em creches e pré-escolas, na formação inicial e continuada, em especial para as auxiliares/monitoras de creches;	Curto médio e longo prazo	SEDEC
DIRETRIZ: RELAÇÃO FAMÍLIAS E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
OBJETIVO: Promover a interação entre as famílias e as unidades de Educação Infantil, com vistas à promoção do desenvolvimento infantil.			
META: Ampliar e fortalecer, ao longo da vigência do Plano, a participação das famílias nas ações pedagógicas e comunitárias das unidades de Educação Infantil.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Fomentar a relação entre	1.1 Promoção de encontros para o estreitamento das relações entre famílias e unidades		

famílias e unidades de educação infantil para interação nas ações pedagógicas.	educacionais com vistas ao desenvolvimento das crianças, considerando a multiplicidade de contextos de família, e promovendo a inclusão.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC
2. Animar momentos de acolhimento inicial e adaptação das famílias e suas crianças, nas unidades de educação infantil.	2.1 Elaboração de orientações para os/as profissionais das unidades de educação infantil, no que se refere à organização e sensibilização no período de acolhimento inicial/adaptação das famílias nas unidades.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC
DIRETRIZ: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
OBJETIVO: Avaliar a etapa da Educação Infantil para que se tenha informação ampla e aprofundada sobre sua qualidade e oferta.			
META: Elaborar um sistema de avaliação da qualidade e da oferta da Educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Realizar avaliação de contexto, da qualidade e da oferta da educação infantil.	1.1 Elaboração de um sistema municipal de avaliação da qualidade e da oferta da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de avaliar a infraestrutura das unidades, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	Curto prazo	SEDEC CME/ CMDCA
2. Realizar estudos sobre os investimentos financeiros da Educação Infantil e os impactos dessa etapa da Educação no desenvolvimento infantil.	2.1 Financiamento público para realização de tais estudos; 2.2 Levantamentos periódicos sobre gastos, investimentos e fontes de financiamento da Educação Infantil, sistematizando informações para subsidiar o planejamento; 2.3 Parcerias com universidades e instituições de pesquisa para análise dos impactos dos investimentos no desenvolvimento infantil e na qualidade da oferta educacional; 2.4 Ampla divulgação dos resultados desses estudos.	Anualmente	SEDEC e Universidades

DIRETRIZ: EDUCAÇÃO INFANTIL E A PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS

OBJETIVO: Fortalecer mecanismos intersetoriais de direitos da primeira infância, em articulação com o SGD, para potencializar a garantia da proteção integral na primeira infância nas unidades de ensino.

META: Articulação entre a educação infantil e os programas desenvolvidos pelas políticas públicas de Assistência Social, Saúde e Justiça, numa ação articulada junto às famílias ou responsáveis por crianças com idades entre 0 e 6 anos.

AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Participar, de forma intersetorial, dos programas das áreas de Assistência Social, Saúde e Justiça voltados às famílias de crianças de 0 a 6 anos, contribuindo com a expertise da Educação Infantil.	1.1 Formação sobre Fluxograma de Atendimento à criança vítima de violência e sobre os papéis dos entes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD); 1.2 Ampliação e reforço das orientações às equipes gestoras, aos funcionários/as e aos professores/as quanto aos procedimentos mais adequados para encaminhamento em tempo hábil de casos de violência contra as crianças; 1.3 Orientação sobre quando há necessidade de encaminhamento e sobre os serviços específicos, que o município dispõe, para os casos de violência contra criança; 1.4 Atuação de forma integrada nos casos de vulnerabilidades decorrentes de pobreza, violência e outras violações de direitos, assegurando encaminhamentos e acompanhamento das famílias e crianças; 1.5 Colaboração na elaboração de orientações aos programas voltados às famílias ou responsáveis por crianças de até 6 anos de idade	Curto , médio e longo prazo	SEDEC

DIRETRIZ: ALIMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO: Garantir a alimentação com valores nutricionais de qualidade, para as crianças matriculadas na Educação Infantil.

META: Manter e ampliar a alimentação escolar nas unidades de educação infantil, com o acompanhamento de nutricionistas.

AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Garantir alimentação para as crianças com cardápio diversificado conforme PNAE.	1.1 Oferta de alimentação diversificada para as crianças seguindo as orientações do PNAE para uma boa base nutricional; 1.2 Promoção de ações que favoreçam a cultura de alimentação natural, saudável e o reaproveitamento nas unidades de educação infantil.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC

2. Garantir alimentação adequada às crianças com Necessidades Alimentares e Nutricionais Específicas.	2.1 Ações articuladas para garantir a melhoria da merenda escolar, com o acompanhamento de profissionais habilitados/as; 2.2 Protocolos intersetoriais para identificar e acompanhar crianças com necessidades alimentares específicas.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC
3. Orientar às famílias sobre a alimentação saudável.	3.1 Orientações e apoio às famílias das crianças de 0 a 06 anos, acerca da importância da alimentação saudável.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC



5.3 DIREITO DE BRINCAR

O ato de brincar é uma linguagem fundamental na vida infantil. É por meio dele que a criança reproduz seu cotidiano, desenvolve-se nos aspectos físico, social, emocional, cultural e cognitivo, estabelece relações sociais e aprende. O brincar pode se dar de forma individual ou em grupo, com brinquedos ou com objetos do cotidiano, por meio do faz de conta ou dando outras funções às relações. Brincar livremente transforma o ambiente da escola, do parque, da praça, com o movimento que aumenta a percepção corporal, as habilidades psicomotoras e de reconhecimento do espaço físico.

Por sua importância, o direito de brincar é reconhecido internacionalmente pela Declaração das Nações Unidas dos Direitos da Criança (1990), que assegura à criança o direito ao lazer, às atividades recreativas, à cultura e à arte. No âmbito nacional, o Marco Legal da Primeira Infância, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, a Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma esse direito, reconhecendo o brincar como eixo estruturante do desenvolvimento, da aprendizagem e das políticas públicas voltadas à primeira infância. Assim, seguem as ações para esse eixo.



OBJETIVO: Garantir o direito de brincar na primeira infância.			
META: Assegurar e priorizar o direito ao brincar como dimensão fundamental do desenvolvimento infantil, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, com necessidades, interesses e características próprias, e valorizando o brincar como eixo central da aprendizagem, da expressão e da construção de vínculos na primeira infância.			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Sensibilizar as famílias, a comunidade, as creches, pré-escolas e demais instituições que atuam com crianças de 0 a 06 anos, sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral das crianças.	1.1 Oficinas e encontros formativos com famílias e profissionais sobre o papel do brincar no desenvolvimento infantil; 1.2 Campanhas e divulgar materiais informativos (cartilhas, vídeos e conteúdos digitais) que valorizem o brincar como prática educativa essencial.	Curto , médio e longo prazo	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, de Meio Ambiente e Rede de Proteção à Criança
2. Possibilitar às crianças com deficiência espaços interativos que permitam o brincar criativo através do movimento, das expressões e dos desejos.	2.1 Garantir brinquedos adaptados em parques, praças e escolas públicas; 2.2 Garantir que os espaços das unidades de educação infantil sejam inclusivos para o brincar.	Curto , médio e longo prazo	Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente.
3. Fortalecer e ampliar canais de divulgação que promovam o brincar livre como direito fundamental de todas as crianças.	3.1 Criação de programas e projetos de forma intersetorial que priorizem as brincadeiras livres; 3.2 Parcerias para difundir materiais e ações educativas sobre o direito ao brincar.	Curto , médio e longo prazo	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, de Meio Ambiente e Rede de Proteção à Criança
4. Implementar ações permanentes de divulgação e orientação sobre o brincar livre e coletivo, promovendo a valorização das brincadeiras no contexto familiar.	4.1 Divulgação de folhetos explicativos com ideias de brincadeiras, cantigas de roda e interações lúdicas para famílias com crianças; 4.2 Estimulação de interações e brincadeiras entre os cuidadores, educadores e crianças, para estimular os vínculos familiares e comunitários.	Curto , médio e longo prazo	Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, de Meio Ambiente e Rede de Proteção à Criança
5. Desenvolver e implementar ações pedagógicas que estimulem e ampliem o repertório de brincadeiras das crianças na Educação Infantil.	5.1 Fornecimento de recursos e materiais que estimulem o aprendizado por meio de brincadeiras; 5.2 Planejamento de atividades que promovam a criatividade, a imaginação, o brincar e a vivência artística, nas instituições que atendem crianças na primeira infância.	Curto , médio e longo prazo	Secretaria de Educação e FUNJOP

META: FOMENTAR PESQUISAS DE RESGATE DAS MEMÓRIAS DO BRINCAR NOS ADULTOS			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Estimular pesquisas e estudos sobre o resgate das memórias do brincar na vida adulta, destacando seus impactos no bem-estar, na redução do estresse e no fortalecimento dos vínculos com as crianças.	1.1 Parcerias com universidades e instituições de pesquisa para desenvolver estudos e produções sobre o brincar intergeracional; 1.2 Formações, rodas de conversa e oficinas com famílias e educadores para estimular a valorização das experiências lúdicas na vida adulta.	Curto , médio e longo prazo	Secretaria de Educação, FUNJOP e Universidades

*O brincar com intencionalidade educativa, possibilita superar qualquer resquício escolarizante (centrado na professora, alfabetizante, seriado, com matérias/disciplinas, etc); assistencialista (não confundir com o direito de todos à assistência); e também adultocêntrico, higienista, maternal, discriminatório, preconceituoso, reforçando o objetivo principal da educação das crianças de 0 a 5 anos que é o cuidado/educação (sem confundir com assistência/escola). (AYoub, Eliana. Educação infantil e políticas públicas. 2001, **apud** FARIA, 1999.)*

5.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A política de assistência social no Brasil fundamenta-se na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), configurando-se como direito do cidadão e dever do Estado. Seu objetivo é garantir proteção social a indivíduos, famílias e comunidades, especialmente em situações de vulnerabilidade, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos voltados ao enfrentamento da pobreza, à promoção da autonomia e à garantia de direitos. No âmbito da primeira infância, destaca-se a importância do Programa Criança Feliz, instituído com base no Marco Legal da Primeira Infância e no Decreto nº 8.869/2016, que reafirma o dever da família, da sociedade e do Estado na proteção integral da criança. O município de João Pessoa tem demonstrado adesão ativa ao programa, sob coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC).

Nesse contexto, o eixo da Assistência Social tem como objetivo organizar e fortalecer a Política Municipal da Primeira Infância, assegurando a efetivação do SUAS, a proteção socioassistencial, o fortalecimento das famílias, a participação social e a articulação entre Estado e sociedade civil, visando à garantia integral dos direitos das crianças.



DIRETRIZ: PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL			
META: Viabilizar o cofinanciamento público obrigatório dos três entes federados, vinculados à operacionalização das ações da Primeira Infância no SUAS.			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Fortalecer as iniciativas para a regulamentação do cofinanciamento público obrigatório, dos três entes federados, vinculados à operacionalização das ações da Primeira Infância no SUAS	1.1 Debate público acerca da regulamentação da vinculação de recursos obrigatórios para o SUAS, nos níveis federal, estadual e municipal; 1.2 Defesa da regulamentação do repasse do percentual definido do orçamento anual da Prefeitura na política de Assistência social; 1.3 Incentivo a criação da agenda pública sobre as ações da política de assistência social junto à Câmara dos Vereadores e Assembleia dos Deputados.	Curto, médio e longo prazo	Comitê pela Política da Primeira Infância
META: Implementar ações de proteção e garantia de direitos, através de políticas integradas e articuladas entre sociedade civil e governo de forma planejada, descentralizada, participativa, democrática e territorializada.			
AÇÃO	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEL
1. Visibilizar as ações da política de Assistência Social como política pública articuladora e mobilizadora de superação da pobreza e seus impactos sobre a primeira infância.	1.1 Ampla divulgação sobre as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Social, através das propagandas institucionais, relacionando com objetivos das políticas do SUAS; 1.2 Ações sistemáticas de comunicação institucional, divulgação e mobilização social para dar visibilidade às iniciativas da Assistência Social.	Curto, médio e longo prazo	SEDHUC / SECOM
2. Fortalecer a rede prestadora de serviços socioassistenciais formada por entidades governamentais e não governamentais	2.1 Fortalecimento do Cadastro Único dos Programas Sociais; 2.2 Aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família frente a responsabilidade do CadÚnico; 2.3 Garantia do acesso prioritário ao CadÚnico as famílias com entes na primeira infância e/ou crianças com deficiência; 2.4 Inserção e atualização do CadÚnico enquanto base de dados articulada entre as políticas e ações de superação da pobreza e das vulnerabilidades.	Curto, médio e longo prazo	SEDHUC / SEDES
3. Garantir a formação permanente e subsídios teóricos, técnicos e metodológicos aos/as	3.1 Inserção no CapacitaSUAS temas que englobem referências de letramento racial e indicadores sociais que incidam sobre a violência doméstica, negligência, violência sexual infantil, trabalho infantil, etc;	Curto ,	SEDHUC / SEDES

trabalhadores/as do SUAS	3.2 Formação permanente dos/as profissionais dos serviços socioassistenciais que desenvolvem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, inclusive, Organizações da Sociedade Civil, inserindo temáticas que considerem a diversidade cultural, social e de raça e etnia presente no território.	médio e longo prazo	Universidades
4. Ampliar e fortalecer a Rede Socioassistencial	4.1 Avaliação e monitoramento da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para primeira infância; 4.2 Mapeamento, integração e fortalecimento dos serviços, programas e equipamentos da rede socioassistencial, ampliando a cobertura territorial e o atendimento às famílias com crianças na primeira infância.	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC / SEDES Universidades e Rede de Proteção
5. Sensibilizar sobre a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	5.1 Inclusão da temática do direito à convivência familiar e comunitária nos editais FMDCA; 5.2 Fortalecimento do serviço especializado para pessoas em situação de rua com atenção a primeira infância; 5.3 Capacitação dos/as trabalhadores/as dos CRAS para implementação de grupos de SCFV para a primeira infância; 5.4 Campanha sobre adoção, Programa Família Acolhedora e o Programa Família Subsidiada/Guardiã.	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC CMDCA/FMDCA SMS; SEDEC; CT SEDES
6. Desenvolver e estimular ações preventivas e educativas, de proteção a crianças na primeira infância, para os profissionais, as famílias e sociedade em geral.	6.1 Campanhas educativas interinstitucionais sobre o direito das crianças de serem educadas e cuidadas sem o uso de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante, bem como, dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; 6.2 Campanhas educativas sobre conceitos, penalidades e canais de denúncia para casos de negligência, abandono e outras violações; 6.3 Campanhas com profissionais, famílias e sociedade em geral acerca do desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança; 6.4 Inclusão obrigatória da temática de prevenção às violências na formação/capacitação dos/as profissionais dos mais diversos serviços, para identificação de indícios de violências e violações de direitos.	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC/ CMDCA/ SEDEC / SEDES/ CTs / SEMUSB

7. Proteger as crianças contra toda forma de violência e garantir sua integridade psicológica, física e moral.	<p>7.1 Integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;</p> <p>7.2 Inclusão da família extensa e/ou rede significativa da criança em casos de denúncia, ruptura de laços familiares e/ou de integração e reintegração familiar;</p> <p>7.3 Campanhas educativas sobre exploração do trabalho infantil e suas piores formas, de acordo com o DECRETO Nº 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008;</p> <p>7.4 Ações junto a outras políticas públicas na prevenção e proteção junto às famílias com crianças com deficiência, com absoluta prioridade.</p>	Curto, médio e longo prazo	SEDHUC / SEDEC/ SEDES/ Rede de Proteção
8. Fortalecer o trabalho em rede no enfrentamento às violências contra crianças na primeira infância.	8.1 Reforçar na rede socioassistencial as referências contidas nos fluxos e protocolos previstos no Plano Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes de João Pessoa - PB.	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC/SEDES
9. Capacitar trabalhadores/as do SUAS para o enfrentamento a situações de violência contra crianças na primeira infância.	<p>9.1 Formações voltadas aos parâmetros de cumprimento dos fluxos e Protocolos de Atendimento às crianças e às suas famílias em situação de violência, para qualificar o atendimento dos casos;</p> <p>9.2 Formação sobre e para a garantia da Escuta Especializada.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC / SEDES
10. Fortalecer a rede de proteção e a articulação com o Sistema de Justiça, para agilidade dos procedimentos de afastamento da vítima do/a violador/a, destituição do poder familiar, reintegração à família extensa e/ou adoção legal.	<p>10.1 Articulação com o Sistema de justiça e pactuação dos direcionamentos e responsabilidades da rede socioassistencial com as políticas e órgãos setoriais, e a relação interinstitucional com os órgãos do Sistema de Justiça e de Defesa e Garantia de Direitos, possibilitando a complementaridade das ações de acordo com a RESOLUÇÃO CNAS Nº 119, DE 4 DE AGOSTO DE 2023³⁸;</p> <p>10. 2 Promoção de espaços intersetoriais na articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência,</p>	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC / SEDES/ Sistema de Justiça e Rede de Proteção

³⁸ A Resolução orienta, entre outras coisas, o aprimoramento da relação entre assistência social e sistemas de garantia de direitos, considerando os instrumentos de planejamento e gestão da política de assistência em todas as esferas. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-cnas-n-119-de-04-de-setembro-de-2023>

11. Garantir o conhecimento de fluxo e acompanhamento dos casos de violações de direitos na rede socioassistencial e nos territórios.	11.1 Fluxo de encaminhamento dos casos atendidos nos Conselhos Tutelares e CREAS; 11.2 Fluxo de notificação sobre violações de direitos, integrando encaminhamentos entre Conselhos Tutelares, Sistema de Justiça, CRAS, CREAS, CMDCA e rede de Ensino e Saúde; 11.3 Estabelecer e pactuar junto aos CT referência e contra referência dos casos de violência;	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC / SEDES
			SEDHUC / SEDES / SEDEC / CMDCA
12. Qualificar a rede de serviços da proteção social de média complexidade.	12.1 Promoção e reestruturação dos serviços socioassistenciais de forma integrada à gestão dos benefícios a partir dos princípios, diretrizes e seguranças sociais afiançadas pela Política de Assistência Social na perspectiva do direito de cidadania e dever de Estado; 12.2 Garantia de infraestrutura física e corpo técnico especializado para realização da escuta especializada e acompanhamentos nos CREAS; 12.3 Garantia de infraestrutura física e corpo técnico conforme normativas, dos Serviços de Acolhimento Institucional; 12.4 Expandir e qualificar as ações do Centro-Dia infantil para crianças com deficiência.	Curto , médio e longo prazo	SEDHUC/SEDES
META: Verificar os impacto do Programa Criança Feliz na vida das crianças pesquisadas			
1. Realizar visitas domiciliares quinzenalmente a partir de outubro/2025, durante o período de um ano e o monitoramento das crianças visitadas.	1.1 Reforço da parceria da SEDHUC com a Universidade de São Paulo/USP, e o Ministério do Desenvolvimento Social/MDS na realização da pesquisa.	Curto	SEDUC/USP/MDS

5.5 A CULTURA E A CRIANÇA

O Direito à cultura das crianças na Primeira Infância, constitui dimensão essencial para o desenvolvimento, estando assegurado pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a cultura como direito de todo/ASs, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao garantir o direito à participação na vida cultural. No âmbito das políticas públicas, este Plano Municipal fundamenta-se no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que reconhece a importância das experiências culturais, artísticas e simbólicas desde os primeiros anos de vida, bem como, nas diretrizes da política cultural que orientam a valorização da diversidade, das identidades e das expressões culturais locais.

O foco deste eixo é assegurar o acesso das crianças às experiências culturais como parte constitutiva de seu processo de desenvolvimento, promovendo o contato com a arte, a literatura, a música, as manifestações populares e a cultura do território. As ações previstas buscam fortalecer iniciativas culturais voltadas à primeira infância, integrar cultura e educação, valorizar as identidades locais e ampliar a ocupação de espaços culturais e comunitários de forma acessível, inclusiva e segura.

DIRETRIZ: Acesso à cultura			
OBJETIVO: Garantir o acesso às expressões artísticas e culturais, às crianças de 0 a 06 anos, com o intuito de preservar as identidades culturais.			
META: Promover programas culturais e esportivos acessíveis para crianças, incentivando o desenvolvimento criativo e físico na educação infantil.			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Implementar projetos culturais que estimulem o gosto pela literatura e pela arte	1.1 Ações colaborativas com outras Secretarias que contemplem a realização periódica de atividades artísticas, por profissionais, em creches, escolas, centros de saúde, abrigos, hospitais, presídios femininos, casas de acolhida e em todos os espaços de convívio de crianças na primeira infância; 1.2 Programa de estímulo ao hábito de ler através de sessões contínuas de contação de histórias integradas à recreação infantil.	Curto , médio e longo prazo	Funjope, SEDEC, SEDHUC, SEDES

2. Promover o acesso das crianças de 0 a 6 anos ao Patrimônio Material e Imaterial do Município.	2.1 Inserção no Plano Pedagógico atividades de educação patrimonial ações que contribuam para a valorização das manifestações das Culturas Populares, bem como aquelas de raízes afro-brasileira, indígena, quilombola e de outros povos e comunidades tradicionais, além de promover visitas aos rico e diverso patrimônio material de João Pessoa (igrejas, conventos, capelas, casarões e centros culturais).	Curto , médio e longo prazo	Funjope, SEDEC, Inovacentro, COPAC
3. Promover a ocupação de espaços públicos (centros culturais, teatro, sala de cinema, parques, praças), com atividades culturais permanentes voltadas para a primeira infância	3.1 Passeios temáticos periódicos, oficinas recreativas de pintura, teatro, dança, contação de histórias, além de incluir no cronograma anual as atividades de Espaço Cinema Passeio (“Programa Passeio da Educação”), voltado à formação cultural e educacional através do audiovisual, por meio de ações formativas interativas).	Curto , médio e longo prazo	Funjope, SEDEC, SEDES, SEMAM
4. Promover em parceria com outras Secretarias uma agenda cultural destinada, exclusivamente, para a primeira infância.	4.1 Inserção dos eventos já consolidados da Funjope, tais como: Vem Brincar Comigo, Contação de história, Natal na Lagoa, dentre outros, a participação do público da primeira infância.	Curto , médio e longo prazo	Funjope, SEDEC



5.6 A CRIANÇA O ESPAÇO, A CIDADE E O MEIO AMBIENTE

O ambiente não é apenas um cenário estático, ele é um complexo de significados que, por meio de sua disposição, cores, cheiros e barulhos, participa ativamente da formação da criança. A qualidade de vida está intrinsecamente ligada à qualidade do ambiente. Quando o espaço urbano é desorganizado, a visão de mundo e a organização mental da criança podem ser influenciadas negativamente. Portanto, garantir condições ambientais adequadas é um dever das políticas públicas para assegurar o pleno desenvolvimento na primeira infância. Assim, a integração da Educação Ambiental ao Plano Municipal da Primeira Infância (Lei nº 15.393, de 10 de dezembro de 2024) de João Pessoa é imprescindível, visto que a preservação ambiental e a promoção da sustentabilidade desempenham um papel essencial no desenvolvimento integral das crianças.

Para tornar a cidade mais amigável à primeira infância, o planejamento deve considerar a perspectiva de uma criança de até 6 anos de idade. As ações estratégicas propostas partem dos eixos: **Mobilidade e Acessibilidade:** Rotas Seguras, criação de caminhos seguros entre casa, escola e equipamentos públicos, com redução de velocidade e intervenções lúdicas (como calçadas pintadas e interativas), estimulando a mobilidade a pé; **Educação para o Trânsito:** com atividades educativas lúdicas sobre comportamento no tráfego, onde a criança atua também como multiplicadora de conscientização para pais e responsáveis; **Qualificação dos Espaços Públicos e Verdes,** manutenção e segurança das praças e parques tenham iluminação, limpeza adequadas para que sejam atraentes e seguros para as famílias; **Espaços Multissensoriais** para estimular os cinco sentidos (olfato, paladar, visão, audição e tato), incitando o vínculo afetivo com a natureza; e a **Educação Ambiental na Prática,** com a Metodologia dos 5R: Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar desde a educação infantil, utilizando materiais recicláveis de forma criativa nas brincadeiras.

As metas proposta neste eixo versam sobre a Valorização de espaços amplos e naturais; o Olhar crítico e desejo de transformação; o Brincar conectado à cultura; a Imaginação como forma de resistência; a Compreensão sobre tecnologia e infraestrutura

OBJETIVO: Viabilizar a fruição plena dos espaços comuns pelas crianças, adaptando as infraestruturas urbanas às necessidades físicas e cognitivas da primeira infância, de modo a fortalecer o vínculo entre os pequenos cidadãos e o meio ambiente

AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Fortalecer o direito da criança aos espaços públicos, tornando o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos	<p>1.1 Criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaço de brincar acessíveis, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza;</p> <p>1.2 Sensibilização da sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importância de espaços acessíveis adequados à primeira infância.</p>	2025-2035	<p>SEDURB SEINFRA</p> <p>SEMAM SEDEC</p>
2. Ampliar os espaços para crianças da primeira infância nas praças existentes, com parquinhos e brinquedos adequados à idade das mesmas.	<p>2.1 Identificação dos espaços já existentes, destinados ao público alvo, em praças públicas;</p> <p>2.2 Adequação dos espaços públicos para crianças até 6 anos de idade.</p>	2025-2035	<p>SEDRUB;</p> <p>SEINFRA;</p> <p>SEMAM; SEDEC</p>
3. Promover a revitalização das rotas de acesso aos serviços e Zonas de Proteção da Primeira Infância com arborização, espaços para descanso e exploração.	3.1 Desenvolvimento e implementação do plano de adequação de calçadas e travessias para garantir mobilidade segura, acessível, confortável e estimulante para as crianças na primeira infância e seus cuidadores, priorizando as Zonas de Proteção da Primeira Infância.	2025-2035	<p>SEINFRA</p> <p>SEDURB</p>

4. Promover a cultura de preservação ambiental, de conservação do espaço urbano e escolar e do desenvolvimento sustentável.	4.1 Implantação e implementação das políticas públicas em defesa de um meio ambiente sustentável envolvendo as instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos.	2025-2035	SEMAM SEMUC SEDEC
OBJETIVO: Fomentar o sentimento de pertencimento da criança ao bioma e à comunidade, estimulando-a a perceber-se como sujeito ecológico capaz de exercer uma cidadania ativa e corresponsável desde a primeira infância.			
AÇÃO	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEL
1. Incluir no currículo da Educação Infantil da rede pública municipal atividades pedagógicas extramuros, nas praças e demais locais públicos, próximos ou não da unidade escolar.	1.1 Projetos de integração das crianças ao ambiente urbano; 1.2 Instituição do Dia municipal do brincar.	2025-2035	SEDURB, SEMUSB, SEMOB, SEINFRA
2. Promover cursos e oficinas de aperfeiçoamento sobre as questões da sustentabilidade, para os profissionais e demais operadores da Educação Infantil	1.1 Capacitação e treinamento dos profissionais, cursos específicos sobre a temática, na agenda fixa.	2025-2035	SEDEC
3. Desenvolver um Programa de educação ambiental para a educação infantil.	3.1 Projetar, implementar e avaliar o programa de educação ambiental para fins de política pública	2025-2035	SEDEC
4. Promover contato com a natureza e desenvolver a consciência ambiental da criança.	4.1 Visitação e usufruto dos elementos naturais do meio ambiente; 4.2 Atividades ao ar livre com alunos de escolas Municipais; 4.3 Preservação dos espaços arborizados.	2025-2035	SEMAM, SEDURB

5.7 ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS CRIANÇAS (Saúde, Educação, Assistência, Conselho Tutelar)

O enfrentamento das violências contra as crianças na Primeira Infância (0 a 6 anos completos) constitui dever prioritário do Estado, da família e da sociedade, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram o direito à vida, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, bem como à proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Este eixo fundamenta-se, ainda, no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que reforça a necessidade de ações articuladas de prevenção, identificação e enfrentamento das violências, e nas diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que orientam a atuação integrada das políticas públicas e dos órgãos de proteção.

O foco deste eixo é estruturar e fortalecer ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento das violências contra crianças, a partir da atuação articulada das políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, em conjunto com o Conselho Tutelar, como órgão permanente e autônomo de defesa dos direitos da criança. As ações previstas buscam qualificar a identificação precoce de situações de violência, ampliar os fluxos de notificação, atendimento e acompanhamento, fortalecer o acolhimento às crianças e às famílias, bem como promover ações educativas e protetivas nos territórios. Ao integrar cuidado, proteção e responsabilização, este Plano reafirma o compromisso do município com a construção de ambientes seguros, afetivos e livres de violência, assegurando condições dignas para o desenvolvimento integral das crianças na Primeira Infância.

As ações de enfrentamento às violências contra crianças na primeira infância, relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social, encontram-se distribuídas nos respectivos eixos deste Plano, apresentados nas seções 5.1 Direito à Saúde; 5.2 Acesso e Permanência à Educação Infantil; e 5.4 Assistência Social às Famílias com Crianças na Primeira Infância. As demais áreas, incluindo os Conselhos Tutelares de João Pessoa, não apresentaram ações finalísticas para a referida temática.

5.8 A SEGURANÇA DA CRIANÇA NO ESPAÇO URBANO

META: Produção de Informações Estratégicas (Diagnóstico e Produção de Evidências)			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Integrar os dados da segurança urbana aos diagnósticos da primeira infância, incluindo ocorrências de violência doméstica, desaparecimentos, exploração infantil e acidentes no entorno escolar.	1.1 Protocolos intersetoriais para o compartilhamento e integração de dados entre os órgãos de segurança pública, assistência social, saúde, educação e conselhos tutelares, assegurando a produção de diagnósticos territoriais sobre riscos e violências na primeira infância; 1.2 Rotinas de análise dos dados integrados, com recorte territorial e populacional, para subsidiar o planejamento de ações preventivas, protetivas e de promoção da segurança no entorno dos espaços frequentados pelas crianças.	Curto , médio e longo prazo	Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (SEMUSB)
2. Construir um mapa de riscos de João Pessoa à infância, georreferenciado, que permita identificar áreas prioritárias para intervenção da rede de proteção.	2.1 Reunir, sistematizar e georreferenciar informações provenientes das áreas de segurança, saúde, educação, assistência social e conselhos tutelares, subsidiando a elaboração do mapa de riscos à infância; 2.2 Instituir processo de atualização do mapa de riscos e promover seu uso integrado no planejamento, monitoramento e priorização das ações da rede de proteção.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
3. Colaborar na construção de indicadores de segurança infantil que possam ser monitorados de forma contínua.	3.1 Constituir grupo intersetorial para definir, padronizar e validar indicadores de segurança infantil, com base em dados da saúde, educação, assistência social e segurança pública; 3.2 Implantar sistema de acompanhamento periódico dos indicadores, com produção de relatórios e utilização dos dados no planejamento das ações de prevenção e proteção.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB

META: Integração Institucional			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Intensificar a presença da SEMUSB nos espaços de deliberação e acompanhamento do Plano Municipal da Primeira Infância.	1.1 Formalização da participação da SEMUSB nas instâncias de governança, comissões e fóruns de monitoramento do Plano Municipal da Primeira Infância; 1.2 Fluxo de diálogo e troca de informações entre a SEMUSB e os demais setores envolvidos, contribuindo para o planejamento integrado das ações de proteção à primeira infância.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
2. Participar ativamente das instâncias de governança do Plano municipal da Primeira Infância, garantindo a integração entre segurança, assistência social e justiça.	2.1 Estabelecer compromissos formais de participação dos órgãos de segurança, assistência social e justiça nas instâncias de governança do Plano, assegurando presença regular e qualificada	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
3. Contribuir para a criação de um Comitê Intersetorial de Segurança e Proteção da Primeira Infância, com foco no alinhamento de estratégias e fluxos de atendimento.	3.1 Contribuição na criação formal do Comitê Intersetorial de Segurança e Proteção da Primeira Infância, com definição de composição, atribuições e funcionamento.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
4. Estimular a instalação de núcleos comunitários de proteção à infância em territórios com maior rede social.	4.1 Identificação de territórios com maior vulnerabilidade e maior presença de redes comunitárias, mobilizando lideranças locais para a implantação dos núcleos de proteção à infância; 4.2 Formação, orientação e suporte técnico às iniciativas comunitárias, fortalecendo sua atuação na prevenção de violências e na promoção dos direitos das crianças.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB

5. Participação ativa nos conselhos escolares e reuniões com pais, visando contribuir com estratégias de planejamento e reforço do policiamento preventivo nas unidades de ensino.	5.1 Formalização da participação da SEMUSB nos conselhos escolares e reuniões com famílias, por meio de agendas periódicas e representantes designados; 5.2 Elaboração, em conjunto com as unidades escolares e a comunidade, de planos de prevenção e segurança no entorno escolar, com foco no policiamento preventivo e na proteção das crianças	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
6. Estimular e integrar-se à criação de um Comitê Municipal de Prevenção e Resposta Rápida a Sequestros de Crianças, reunindo órgãos de segurança, justiça e proteção social.	6.1 Estruturação de um Comitê para desenvolver protocolos ágeis e especializados, assegurando a atuação imediata das forças de segurança, o apoio às famílias e a articulação com o sistema de justiça e o Conselho Tutelar.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
META: Ambientes Seguros e Mobilidade Infantil			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Implantar o programa “Caminhos Seguros para a Infância”, voltado à melhoria da circulação de crianças no entorno de creches, escolas e áreas de lazer.	1.1 Mapeamento e avaliação dos principais trajetos utilizados por crianças e famílias no entorno de creches, escolas e áreas de lazer, promovendo intervenções de sinalização, acessibilidade e segurança viária; 1.2 Articulação com as secretarias responsáveis e a comunidade para ações educativas, monitoramento e manutenção dos espaços, fortalecendo a circulação segura das crianças.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
2. Promover o projeto “Parques e Praças da Primeira Infância”.	2.1 Mapeamento, revitalização e adequação dos parques e praças com foco na primeira infância, garantindo iluminação, acessibilidade, equipamentos seguros e ambientes adequados ao brincar; 2.2 Estabelecimento de parcerias intersetoriais e comunitárias para a vigilância, manutenção e promoção de atividades recreativas seguras nos espaços públicos.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e demais Secretarias
3. Inserir o olhar da infância no planejamento urbano de João Pessoa.	3.1 Assegurar que a cidade ofereça espaços de convivência saudáveis e acessíveis, na valorização do brincar nos primeiros anos de vida.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e Gestão Municipal

META: Resposta Rápida e Proteção Integral			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Estruturar protocolos de atendimento imediato e prioritário em situações que envolvam risco ou violação de direitos de crianças, articulando a Guarda municipal, Conselho Tutelar, CREAS e Ministério Público	<p>1.1 Elaboração e instituição de protocolos intersetoriais de atendimento imediato e prioritário a crianças em situação de risco ou violação de direitos, com definição clara de fluxos, responsabilidades e prazos de resposta;</p> <p>1.2 Implementação de sistema de comunicação e acionamento rápido entre Guarda Municipal, Conselho Tutelar, CREAS e Ministério Público, garantindo resposta integrada e proteção contínua às crianças.</p> <p>1.3 Alcançar a normatização dos fluxos, a articulação da rede, a agilidade no atendimento e a proteção efetiva</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB, Conselho Tutelar, CREAS e Ministério Público
2. Intensificar a Ronda da Infância no âmbito da Guarda	<p>2.1 Investimento em equipes especializadas para atuar em casos específicos com crianças de 0 a 6 anos;</p> <p>2.2 Implementação efetiva da Ronda Menino Bernardo, priorizando a prevenção de violências e a proteção das crianças nos territórios.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
3. Ampliar a atuação da Patrulha Comunitária de Prevenção à violência, com enfoque especial na defesa e promoção dos direitos da infância.	<p>3.1 Expandir a cobertura territorial da Patrulha Comunitária de Prevenção à Violência, priorizando áreas com maior vulnerabilidade e presença de crianças;</p> <p>3.2 Qualificar a atuação da Patrulha com formação específica sobre proteção integral e direitos da infância, fortalecendo ações preventivas e de orientação às famílias e comunidades.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
4. Designar efetivo da guarda dedicado à ronda diária em torno de unidades de ensino, especialmente nos horários de entrada e saída das crianças de	<p>4.1 Designar equipes fixas da Guarda Municipal para a realização de rondas diárias no entorno das unidades de Educação Infantil;</p> <p>4.2 Organizar escalas de policiamento preventivo priorizando os horários de entrada e saída das crianças nas creches e pré-escolas.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB

creches e pré-escola.			
5. Estabelecer um canal direto de comunicação entre a Guarda Municipal e as maternidades públicas e privadas, a fim de oferecer suporte de orientação em casos de mães que manifestem a intenção de entregar seus filhos para adoção.	<p>5.1 Garantir um fluxo de encaminhamento imediato à rede de justiça e proteção, evitando situações de abandono e assegurando que a entrega da criança seja feita de forma legal, segura e humanizada;</p> <p>5.2 Designar equipe de referência na Guarda Municipal para atuação articulada com a rede de proteção e o sistema de justiça nesses casos, assegurando acolhimento e encaminhamentos adequados.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e Maternidades Públicas e Privadas instaladas em João Pessoa
6. Estruturar protocolo de atendimento junto ao Ministério Público, Conselho Tutelar e outros órgãos para atuar em casos de suspeitas de exploração do trabalho infantil na primeira infância	<p>6.1 Elaborar e formalizar protocolo interinstitucional para o atendimento de casos de suspeita de exploração do trabalho infantil na primeira infância, em articulação com o Ministério Público, Conselho Tutelar e rede de proteção;</p> <p>6.2 Capacitar as equipes envolvidas para identificação precoce, encaminhamento adequado e acompanhamento dos casos, assegurando atuação integrada e protetiva.</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB, Conselho Tutelar, Ministério Público e organizações que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil
7. Distribuir pulseiras de identificação, com cadastro de nome/responsável/telefone em crianças em eventos públicos de praças, praias e outras festas populares.	<p>7.1 Implantar sistema de identificação de crianças em eventos públicos, com distribuição de pulseiras contendo dados básicos para contato com responsáveis;</p> <p>7.2 Organizar equipes de apoio para cadastro, orientação às famílias e monitoramento das crianças identificadas durante a realização dos eventos;</p>	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
8. Auxiliar na divulgação e melhoramento da rede de crianças desaparecidas, nos canais de	8.1 Criar um banco de dados de crianças desaparecidas, para atuação integrada da Guarda Municipal, Conselho Tutelar, polícias e rede de proteção para facilitar a busca na cidade.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e Projeto Smart João Pessoa

comunicação da GCM.			
9. Disponibilizar um canal seguro de segurança para denúncias de riscos digitais, orientação sobre exposição online.	9.1 Disponibilizar serviço de orientação e apoio às famílias sobre prevenção de riscos e exposição indevida de crianças no ambiente online.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
10. Ampliar a modernização do sistema de monitoramento por câmeras nas unidades de creches e pré-escolas, abrangendo tanto os espaços internos quanto o entorno.	10.1 Reforçar a segurança das crianças, das famílias e dos/as profissionais nas unidades de educação infantil.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
META: Prevenção e Cultura de Paz			
AÇÕES	ESTRATÉGIAS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Intensificar campanhas públicas de sensibilização contra a violência infantil e de estímulo ao cuidado compartilhado entre famílias, comunidade e o poder público.	1.1 Ampliar a realização de campanhas educativas sobre prevenção da violência contra crianças nos meios institucionais e comunitários; 1.2 Promover ações de mobilização social que fortaleçam a corresponsabilidade entre famílias, comunidade e poder público na proteção da infância.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e demais Secretarias
2. Ampliar programas educativos voltados para cultura de paz e cidadania em	2.1 Expandir a implementação de programas de cultura de paz e cidadania nas unidades escolares que têm educação infantil; 2.2 Promover atividades formativas e projetos educativos com a comunidade escolar que incentivem a convivência respeitosa, a resolução pacífica de conflitos e participação cidadã.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB e SEDEC

ambientes escolares.			
3. Formar guardas municipais e lideranças comunitárias em mediação de conflitos e práticas restaurativas, para difundir a cultura da paz, e estabelecer abordagem protetiva	3.1 Implementar programas de formação em mediação de conflitos e práticas restaurativas para guardas municipais e lideranças comunitárias; 3.2 Instituir protocolos de atuação preventiva e protetiva baseados na cultura de paz nos territórios.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
4. Aperfeiçoar e ampliar a equipe lúdica da GCM em parceria com a Secretaria de Educação, para maior alcance e aumento do calendário de visita do teatro de fantoches, da banda mirim e brincadeiras educativas)	4.1 Ampliar e qualificar a equipe lúdica da Guarda Civil Municipal, em parceria com a Secretaria de Educação; 4.2 Expandir o calendário de atividades educativas e culturais nas unidades de ensino, incluindo teatro de fantoches, banda mirim e ações lúdicas; 4.3 Desenvolver ações lúdicas e educativas em parceria com a SEMOB, promovendo oficinas interativas, jogos pedagógicos sobre segurança e trânsito, além de visitas guiadas às bases da Guarda Civil Municipal para aproximar as crianças e suas famílias dos órgãos de proteção, estimular a cidadania desde a primeira infância e difundir práticas de convivência segura no espaço público.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB
7. Desenvolver projeto de capacitação continuada dos guardas, em parceria com órgãos de segurança e saúde, voltado ao atendimento de emergências envolvendo gestantes, partos e situações de risco.	7.1 Implementar programa de capacitação continuada para guardas municipais sobre atendimento a emergências envolvendo gestantes, partos e situações de risco durante as abordagens da guarda; 7.2 Estabelecer parcerias com órgãos de segurança e saúde para oferta de formação prática e atualização periódica das equipes.	Curto , médio e longo prazo	SEMUSB, SEDEC e Universidades

5.9 EVITANDO A EXPOSIÇÃO PRECOCE DAS CRIANÇAS AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, AO USO DE TELAS DIGITAIS E À PRESSÃO CONSUMISTA

A primeira infância, especialmente de 0 a 3 anos, é o período de maior plasticidade cerebral, sendo decisivo para o desenvolvimento infantil. Por essa razão, o Ministério da Saúde estabeleceu diretrizes de estimulação precoce. Nesse contexto, observa-se crescimento expressivo do acesso de crianças às telas digitais, dados da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal indicam que, entre 2015 e 2024, houve um aumento significativo do uso do celular e internet por crianças de 3 a 6 anos, além da ampliação do acesso à internet também entre menores de 2 anos. Esse cenário se mantém apesar das recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria, que alerta para os riscos do excesso de telas e reforça a importância das interações presenciais, do brincar e da comunicação para o desenvolvimento saudável.

O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária estabelece restrições ao marketing direcionado às crianças, proibindo estímulos ao consumo excessivo, apelos imperativos, conteúdos que gerem discriminação, medo ou desvalorização da família, da escola e de hábitos saudáveis, além de vedar a promoção de substituição de refeições e de consumo exagerado de alimentos e bebidas. Sendo assim, o presente eixo foca em ações preventivas.

META: Estimular crianças de 0 a 6 anos a realizar atividades diferenciadas, livres de telas e ao ar livre			
AÇÕES	ESTRATÉGIA	PRAZO	RESPONSÁVEIS
1. Promover atividades em parques, praças, praias, museus, bibliotecas, etc.	1.1 Recuperar brincadeiras tradicionais ou criar novas, que estimulem o contato com o meio ambiente, com espaços da cidade, que movimentam o corpo e a mente; 1.2 Propiciar momentos de atividades ao ar livre, como passeios de bicicleta, mutirões para cuidar das praças e parques, corridas de rua, etc.	Curto , médio e longo prazo	SEDEC, SEDES, SEMAM, Secretaria do Turismo, ONGs e Escolas da Rede privada.

2. Realizar Aulas de campo nos CMEIS e nas escolas	2.1 Proporcionar aos alunos a participação em espaços diferenciados, além da sala de aula, propiciando a relação entre o conteúdo abordado na escola e a realidade concreta, como o contato com a natureza, museus, cinemas, parques e outros equipamentos.	Curto , médio e longo prazo	Escolas
3. Fortalecer a relação entre as datas comemorativas e o calendário escolar Datas importantes	3.1 Criar momentos de reflexão e criatividade nas datas comemorativas e elencar a importância desses elementos na nossa sociedade. Datas como dia do livro, dia da brincadeira, dia dos povos originários, dia da consciência negra, Oportunizando novas experiências com as crianças e suas famílias	Curto , médio e longo prazo	Espaços que atuem com crianças.



6. OBSERVAÇÕES SOBRE AUSÊNCIAS DE AÇÕES FINALÍSTICAS

A construção do Plano Municipal da Primeira Infância pressupõe a participação ativa e articulada de todas as secretarias e órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. No entanto, a ausência de alguns setores no processo de elaboração do plano, resultou em fragilidades na formulação de ações finalísticas em alguns eixos estratégicos, sendo eles: famílias e comunidades das crianças, direito à convivência familiar e comunitária, à proteção de crianças vítimas de violações de direitos, à atuação do sistema de justiça, à promoção dos direitos humanos e ao reconhecimento das infâncias diversas. Essa lacuna evidencia desafios na articulação intersetorial, fragilizando a capacidade institucional do município de responder de forma adequada, integrada e contínua às demandas da primeira infância.

Diante dessas fragilidades, é fundamental fortalecer os mecanismos de governança, articulação e corresponsabilidade ao longo da implementação do Plano da Primeira Infância. Recomenda-se a recomposição de um Comitê do Plano, com participação efetiva de todas as secretarias e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, bem como a pactuação de compromissos institucionais formais para a execução das ações previstas. Além disso, é imprescindível a realização de processos periódicos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano, possibilitando a inclusão de ações nos eixos ainda fragilizados, o aprimoramento das estratégias e o fortalecimento das políticas e ações.



7. FINANCIAMENTO DAS AÇÕES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Para assegurar a efetividade do Plano Municipal da Primeira Infância, é importante que o município assuma o financiamento das ações voltadas a esse público como prioridade estratégica da gestão pública, garantindo a alocação adequada e contínua de recursos orçamentários. Cabe a gestão municipal assegurar que as políticas, programas e serviços destinados à primeira infância sejam devidamente incorporados às peças de planejamento e orçamento, sendo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma articulada, intersetorial e com metas físicas e financeiras claramente definidas. Essa integração é fundamental para evitar a fragmentação das ações e para assegurar sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Recomenda-se, a adoção de mecanismos que permitam identificar e monitorar os investimentos destinados à primeira infância no orçamento municipal, como a criação de marcadores orçamentários, a vinculação das ações do PMPI aos programas setoriais existentes e o fortalecimento do monitoramento da execução orçamentária. O plano deve ser um instrumento orientador das decisões de investimento para as áreas essenciais à primeira infância, sendo: saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e urbanismo.

8. MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

O monitoramento do Plano Municipal da Primeira Infância deve ser estruturado como um processo permanente de acompanhamento da implementação das ações, das concretização das metas e estratégias previstas, assegurando a transparência, a efetividade e a coerência das políticas públicas voltadas à primeira infância em João Pessoa. Recomenda-se que o município institua formalmente uma instância responsável pelo monitoramento do Plano, preferencialmente de caráter intersetorial, com a participação das áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, planejamento, orçamento e demais políticas afins, bem como de conselhos de direitos e da sociedade civil.

Além disso, recomenda-se a definição de periodicidade para a produção de relatórios de monitoramento, com divulgação pública dos resultados, fortalecendo a transparência e o controle social. O envolvimento dos conselhos de políticas públicas, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e de outros espaços de participação social é essencial para assegurar a corresponsabilização e a legitimidade do processo. O monitoramento deve ser compreendido não apenas como instrumento de fiscalização, mas como ferramenta de gestão, aprendizagem e aprimoramento contínuo das políticas, garantindo que o Plano Municipal da Primeira Infância permaneça alinhado às necessidades reais das crianças e de suas famílias ao longo do tempo.

QUADRO-SÍNTESE – GOVERNANÇA E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

DIMENSÃO	RESPONSÁVEIS	ATRIBUIÇÕES PRINCIPAIS	PERIODICIDADE	INSTRUMENTOS
Coordenação Geral	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Coordenar a implementação do PMPI; articular as políticas setoriais; deliberar sobre ajustes e encaminhamentos estratégicos	Permanente reuniões periódicas	Atos normativos; atas; planos de ação
Execução das ações	Secretarias municipais (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, Planejamento, entre outras)	Executar as ações previstas no PMPI conforme suas competências; garantir a integração intersetorial	Contínua	Programas, projetos e serviços setoriais
Monitoramento	Comitê Intersetorial, equipes técnicas das secretarias	Acompanhar metas, indicadores e execução orçamentária; identificar avanços e desafios	Semestral ou anual	Relatórios de monitoramento; sistemas de informação; indicadores

Avaliação	Comitê Intersetorial, CMDCA, parceiros institucionais	Avaliar resultados e impactos das ações; subsidiar revisões do Plano	Avaliações periódicas (ex.: meio termo e final)	Relatórios avaliativos; diagnósticos territoriais
Orçamento e financiamento	Secretaria de Planejamento/Finanças, Comitê Intersetorial	Integrar as ações do PMPI ao PPA, LDO e LOA; monitorar a execução financeira	Anual	Peças orçamentárias; classificadores orçamentários
Participação e controle social	CMDCA, conselhos setoriais, sociedade civil	Acompanhar a execução do PMPI; garantir transparência; promover participação social	Permanente	Audiências públicas; pareceres; resoluções
Transparência e comunicação	Comitê Intersetorial, Assessoria de Comunicação	Divulgar resultados, relatórios e informações sobre o PMPI	Periódica	Relatórios públicos; portais institucionais
<p>Criar o Observatório municipal da Infância Segura, em articulação com universidades, sociedade civil e demais órgãos da rede de proteção, com produção regular de relatórios acessíveis à sociedade; Definir metas claras de redução da violência e ampliação de ambientes seguros para a infância, acompanhadas pelo CMDCA/JP; Garantir a publicidade das ações e resultados, reforçando a confiança da população nas políticas de proteção à criança.</p>				

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, M. (Org.). **Para que, e para quem e por quê.** Educação Infantil. Campinas: Alínea, 2006.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990

BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no.%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Etnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.** Ministério da Educação. Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>

_____. **Estatuto da Igualdade Racial – Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010.** Brasília, 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589163/Estatuto_igualdade_racial_normas_correlatas.pdf

_____. **Indicadores de qualidade da educação infantil** - Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

_____. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 mar. 2016

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. _____. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192

_____. **Programa Criança Feliz.** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/copy_of_oprograma

_____. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional para a Primeira Infância.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br>

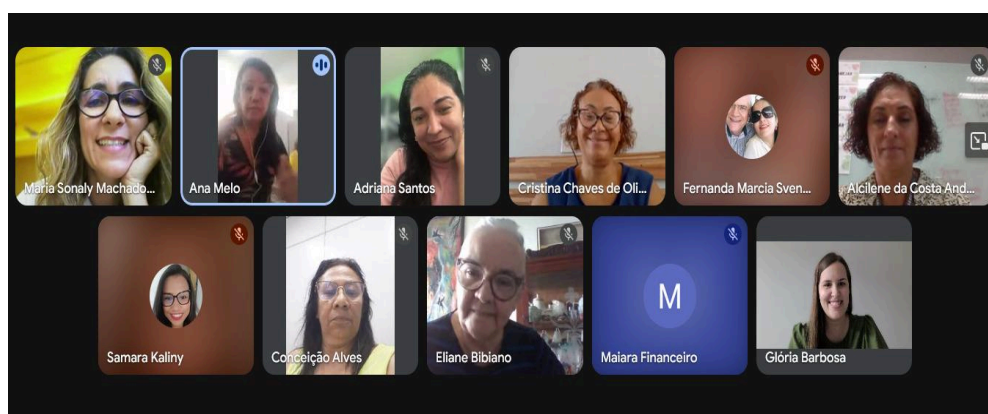
FARIA, A.L.G.; PALHARES, M.S., orgs. **Educação infantil pós LDB: rumos e desafios.** Campinas, Autores Associados/FE/UNICAMP, 1999

Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (Rede Nacional Primeira Infância. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/publication/guia-para-elaboracao-do-plano-municipal-pela-primeira-infancia/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** UNICEF, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

ANEXOS

1. Fotos das reuniões (presencial e online) da Comissão de Elaboração do Plano



2. Termo de Assentimento Utilizado para autorização da participação das crianças no processo de Escuta Qualificada para construção do PMPI

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO E
CULTURA



TERMO DE ASSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Consulta Pública com as Crianças – Vozes Infantis no Plano da Primeira Infância

Solicitante:

Diretoria de Ensino, Gestão e Escola de Formação – DEGEF Departamento de Educação Infantil – DEI

Caras famílias,

A infância é uma etapa única e fundamental da vida, em que as crianças constroem saberes, produzem cultura e expressam opiniões que precisam ser reconhecidas e valorizadas. Por isso, a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa, por meio da DEGEF e do DEI, convida sua criança a participar da Consulta Pública “Vozes Infantis no Plano da Primeira Infância”, que acontecerá no dia 03 de outubro, na Estação Ciência.

O objetivo desta escuta é ouvir diretamente as crianças da Educação Infantil sobre questões que dizem respeito ao seu bem-estar e desenvolvimento, como saúde, educação, moradia, família, segurança e desenvolvimento social. Essa participação reforça a infância como categoria estrutural da sociedade e reconhece meninos e meninas, desde bebês, como cidadãos ativos, capazes de contribuir para a construção do Plano da Primeira Infância de João Pessoa.

Assentimento da Criança

A participação só ocorrerá se a própria criança concordar e se sentir à vontade para falar, brincar e compartilhar suas ideias. Antes do encontro, a equipe explicará, em linguagem simples, o que vai acontecer, quais atividades serão realizadas e que não há respostas certas ou erradas. A criança poderá, a qualquer momento, dizer que não quer continuar ou mudar de ideia, e essa decisão será integralmente respeitada.

Autorização da Família

Para que a participação seja possível, é necessário:

1. Ouvir a criança e respeitar sua vontade;
2. Preencher e assinar este Termo, declarando que a família compreendeu a proposta, que recebeu todas as informações e que autoriza a participação apenas se a criança consentir.

Declaração da Família

Eu, _____,
responsável por _____,

declaro que compreendi as informações acima, que conversei com a criança e autorizo sua participação voluntária na Consulta Pública, desde que ela manifeste sua concordância.

Assinatura do(a) responsável:

Data: ____/____/2025

